

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA – UFSC  
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO  
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS  
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

JÚLIA BUZZI CANTUDO

NOVOS MOVIMENTOS EM TERMOS DE INTEGRAÇÃO NA AMÉRICA LATINA: A  
ALIANÇA DO PACÍFICO E SEUS DESDOBRAMENTOS COMERCIAIS

Florianópolis, 2017.

JÚLIA BUZZI CANTUDO

NOVOS MOVIMENTOS EM TERMOS DE INTEGRAÇÃO NA AMÉRICA LATINA: A  
ALIANÇA DO PACÍFICO E SEUS DESDOBRAMENTOS COMERCIAIS

Monografia submetida ao Curso de Graduação em  
Relações Internacionais da Universidade Federal de  
Santa Catarina como requisito obrigatório para a  
obtenção do grau de Bacharelado.

Orientador: Prof. Dr. Hoyêdo Nunes Lins

Florianópolis, 2017.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**  
**CURSO DE GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

A Banca Examinadora resolveu atribuir a nota 9,5 à aluna Júlia Buzzi Cantudo na disciplina CNM 7280 – Monografia, pela apresentação deste trabalho.

Banca Examinadora:

-----

Prof. Dr. Hoyêdo Nunes Lins

-----

Prof. Fernando Seabra

-----

Prof. Michele Romanello

## RESUMO

A ideia de liberalização econômica como condição para o crescimento econômico e o desenvolvimento adquiriu vigor particular a partir do fim dos anos 1980 ou começo da década de 1990, sob o estímulo das iniciativas de liberalização associadas aos tratados de livre comércio e demais acordos de integração econômica. Estes instrumentos dariam origem a diversos blocos econômicos de países, que, por sua vez, ajudariam a moldar o sistema internacional do século XXI. Buscando principalmente articular a América Latina com as economias da Ásia-Pacífico, e com o objetivo de “avançar progressivamente para a livre circulação de bens, serviços, capitais e pessoas”, os presidentes de México, Colômbia, Chile e Peru estabeleceram a Aliança do Pacífico. Desde uma visão latino-americana, a Aliança do Pacífico poderia vir a modificar também o quadro de integração no subcontinente onde se localiza, influenciando diretamente seus países vizinhos, devido principalmente às suas relações com a Ásia, atualmente a região mais dinâmica do globo, serem potencialmente favorecidas. A presente pesquisa pretende caracterizar o processo relativo à constituição da Aliança do Pacífico e analisar as relações comerciais, históricas e atuais, dos respectivos países membros entre si, com a América Latina e com a economia mundial, especialmente com países da região Ásia-Pacífico, no intuito de detectar possíveis reflexos do funcionamento daquela iniciativa de integração nas interações econômicas (notadamente comerciais), políticas e institucionais em escala de subcontinente latino-americano.

Palavras-chave: Aliança do Pacífico; blocos econômicos; América Latina; Ásia-Pacífico.

## RESUMEN

La idea de liberalización económica como condición para el crecimiento económico y el desarrollo adquirió particular importancia desde los fines de los años 1980 o el comienzo de la década de 1990, bajo el estímulo de las iniciativas de liberalización asociadas a los tratados de libre comercio e los demás acuerdos de integración económica. Estos instrumentos darían origen a diversos bloques económicos de países, que, por su vez, ayudarían a moldar el sistema internacional del siglo XXI. Buscando principalmente articular Latinoamérica con las economías de Asia-Pacífico, y con el objetivo de “avanzar progresivamente para la libre circulación de bienes, servicios, capitales y personas”, los presidentes de México, Colombia, Chile y Perú establecieron la Alianza del Pacífico. Desde una visión latinoamericana, la Alianza del Pacífico podría venir a modificar también el cuadro de integración en el subcontinente donde está ubicado, influenciando directamente sus vecinos, debido principalmente a sus relaciones con Asia, actualmente la región más dinámica del globo, sean potencialmente favorecidas. La presente pesquisa pretende caracterizar el proceso relativo a la construcción de la Alianza del Pacífico y analizar las relaciones comerciales, históricas y actuales, de los respectivos países miembros entre si mismos, con Latinoamérica y con la economía mundial, especialmente la región Asia-Pacífico, buscando detectar posibles reflejos del funcionamiento de aquella iniciativa de integración en las interacciones económicas (principalmente comerciales), políticas e institucionales en escala de subcontinente latinoamericano.

Palabras-clave: Alianza del Pacífico; bloques económicos; Latinoamérica; Asia-Pacífico.

## LISTA DE QUADROS E TABELAS

### QUADROS

Quadro 1 – Comparações entre antigo e novo regionalismos

### TABELAS

Tabela 1 – Aliança do Pacífico e total de América Latina e Caribe: população (2005-2015).

Tabela 2 – Aliança do Pacífico e total de América Latina e Caribe: PIB (2005-2015).

Tabela 3 – Aliança do Pacífico e total de América Latina e Caribe: PIB per capita (2005-2015).

Tabela 4 – Aliança do Pacífico e total de América Latina e Caribe: Taxa de desemprego (2005-2015).

Tabela 5 – Aliança do Pacífico e total de América Latina e Caribe: IDH (2005-2015).

Tabela 6 – Chile: importações mundiais e dos parceiros da Aliança do Pacífico de 2011 a 2016 (US\$ milhões).

Tabela 7 – Chile: principais países de origem das importações entre 2011 e 2016 (US\$ milhões).

Tabela 8 – Chile: principais produtos importados do mundo entre 2011 e 2016 (US\$ milhões).

Tabela 9 – Chile: principais produtos importados da Aliança do Pacífico entre 2011 e 2016 (US\$ milhões).

Tabela 10 – Chile: exportações mundiais e para os parceiros da Aliança do Pacífico de 2011 a 2016 (US\$ milhões).

Tabela 11 – Chile: principais países de destino das exportações entre 2011 e 2016 (US\$ milhões).

Tabela 12 – Chile: principais produtos exportados para o mundo entre 2011 e 2016 (US\$ milhões).

Tabela 13 – Chile: principais produtos exportados para a Aliança do Pacífico entre 2011 e 2016 (US\$ milhões).

Tabela 14 – Colômbia: importações mundiais e dos parceiros da Aliança do Pacífico de 2011 a 2016 (US\$ milhões).

Tabela 15 – Colômbia: principais países de origem das importações entre 2011 e 2016 (US\$ milhões).

Tabela 16 – Colômbia: principais produtos importados do mundo entre 2011 e 2016 (US\$ milhões).

Tabela 17 – Colômbia: principais produtos importados da Aliança do Pacífico entre 2011 e 2016 (US\$ milhões).

Tabela 18 – Colômbia: exportações mundiais e para os parceiros da Aliança do Pacífico de 2011 a 2016 (US\$ milhões).

Tabela 19 – Colômbia: principais países de destino das exportações entre 2011 e 2016 (US\$ milhões).

Tabela 20 – Colômbia: principais produtos exportados para o mundo entre 2011 e 2016 (US\$ milhões).

Tabela 21 – Colômbia: principais produtos exportados para a Aliança do Pacífico entre 2011 e 2016 (US\$ milhões).

Tabela 22 – México: importações mundiais e dos parceiros da Aliança do Pacífico de 2011 a 2016 (US\$ milhões).

Tabela 23 – México: principais países de origem das importações entre 2011 e 2016 (US\$ milhões).

Tabela 24 – México: principais produtos importados do mundo entre 2011 e 2016 (US\$ milhões).

Tabela 25 – México: principais produtos importados da Aliança do Pacífico entre 2011 e 2016 (US\$ milhões).

Tabela 26 – México: exportações mundiais e para os parceiros da Aliança do Pacífico de 2011 a 2016 (US\$ milhões).

Tabela 27 – México: principais países de destino das exportações entre 2011 e 2016 (US\$ milhões).

Tabela 28 – México: principais produtos exportados para o mundo entre 2011 e 2016 (US\$ milhões).

Tabela 29 – México: principais produtos exportados para a Aliança do Pacífico entre 2011 e 2016 (US\$ milhões).

Tabela 30 – Peru: importações mundiais e dos parceiros da Aliança do Pacífico de 2011 a 2016 (US\$ milhões).

Tabela 31 – Peru: principais países de origem das importações entre 2011 e 2016 (US\$ milhões).

Tabela 32 – Peru: principais produtos importados do mundo entre 2011 e 2016 (US\$ milhões).

Tabela 33 – Peru: principais produtos importados da Aliança do Pacífico entre 2011 e 2016 (US\$ milhões).

Tabela 34 – Peru: exportações mundiais e para os parceiros da Aliança do Pacífico de 2011 a 2016 (US\$ milhões).

Tabela 35 – Peru: principais países de destino das exportações entre 2011 e 2016 (US\$ milhões).

Tabela 36 – Peru: principais produtos exportados para o mundo entre 2011 e 2016 (US\$ milhões).

Tabela 37 – Peru: principais produtos exportados para a Aliança do Pacífico entre 2011 e 2016 (US\$ milhões).

Tabela 38 – Aliança do Pacífico: total de importações (US\$ milhões).

Tabela 39 – Aliança do Pacífico: total de exportações (US\$ milhões).



## SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO .....	10
1.1	TEMA E PROBLEMA DE PESQUISA.....	10
1.2	OBJETIVOS .....	13
1.2.1	Objetivo Geral.....	13
1.2.2	Objetivos Específicos .....	13
1.3	JUSTIFICATIVA .....	14
2.	ACORDOS COMERCIAIS: UMA APROXIMAÇÃO À PROBLEMÁTICA .....	15
2.2	MULTILATERALISMO .....	17
2.3	REGIONALISMO .....	20
3.	INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA: HISTÓRICO E CARACTERIZAÇÃO.....	26
3.1	BREVE HISTÓRICO DA INTEGRAÇÃO NA AMÉRICA LATINA .....	26
3.1.1	A Associação Latino-Americana de Livre Comércio.....	29
3.1.2	O Grupo Andino.....	31
3.1.3	A Associação Latino-Americana de Integração.....	32
3.1.4	Relações entre Brasil e Argentina e o Mercado Comum do Sul.....	34
3.1.5	O Mercado Comum Centro-Americano.....	35
3.1.6	A Comunidade do Caribe.....	36
3.1.7	A União de Nações Sul-Americanas .....	36
3.1.8	A Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos .....	37
3.1.9	A Aliança do Pacífico .....	38
3.2	CARACTERIZAÇÃO DO PROCESSO INTEGRATIVO NA AMÉRICA LATINA: ESBOÇO DE VISÃO DE CONJUNTO .....	38
4.	ALIANÇA DO PACÍFICO: UM NOVO BLOCO NA AMÉRICA LATINA.....	41
4.1	O SURGIMENTO DA ALIANÇA DO PACÍFICO.....	41
4.2	BREVE CARACTERIZAÇÃO DO BLOCO EM TERMOS SOCIOECONÔMICOS..	48
5.	RELAÇÕES COMERCIAIS DOS PAÍSES MEMBROS DA ALIANÇA DO PACÍFICO 53	
5.1	CHILE.....	53
5.1.1	Importações.....	53
5.1.2	Exportações.....	57
5.2	COLÔMBIA.....	60
5.2.1	Importações.....	60
5.2.2	Exportações.....	64

5.3	MÉXICO .....	68
5.3.1	Importações.....	68
5.3.2	Exportações.....	72
5.4	PERU .....	75
5.4.1	Importações.....	75
5.4.2	Exportações.....	79
5.5	ANÁLISE GERAL DAS RELAÇÕES COMERCIAIS DOS PAÍSES DA ALIANÇA DO PACÍFICO.....	82
6.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	86
	REFERÊNCIAS .....	87

## 1. INTRODUÇÃO

### 1.1 TEMA E PROBLEMA DE PESQUISA

A ideia de liberalização econômica como condição para o crescimento econômico e o desenvolvimento adquiriu vigor particular a partir do fim dos anos 1980 ou começo da década de 1990, sob o estímulo das iniciativas de liberalização associadas aos tratados de livre comércio e demais acordos de integração econômica. Estes instrumentos dariam origem a diversos blocos econômicos de países, que, por sua vez, ajudariam a moldar o sistema internacional do século XXI, no que Ibáñez (2000) caracterizou como “onda de integração regional” em nível global, formadora de blocos. O tema dos blocos econômicos e acordos de integração regional figura no centro da abordagem de que se trata neste trabalho.

A partir do final do século XX, com intensificação nas últimas décadas, ganhou vulto no cenário internacional uma peculiaridade no comércio de bens. A fragmentação internacional da produção, processo definido pela distribuição das etapas envolvidas na produção de bens em mais de um país, faz com que sua fabricação aconteça cada vez mais no âmbito de Cadeias Globais de Valor (CGVs). Isto é, cada tarefa envolvida na produção de uma mercadoria é realizada onde houver materiais e habilidades necessários a melhores preços e com a qualidade requerida, envolvendo idas e vindas entre países e refletindo-se no intenso fluxo de insumos, partes, peças e serviços, de modo que o comércio internacional se torna cada vez mais indispensável (CARNEIRO, 2015, p. 8-9).

Dessa forma, a possibilidade de se ter acesso a insumos importados, por exemplo, é fator fundamental para que uma empresa seja competitiva no século XXI, afirmando a dificuldade que os impostos sobre a importação geram no fluxo de bens, serviços, capital e informação, e, portanto, dificultando o funcionamento da produção internacionalmente fragmentada (CARNEIRO, 2015, p. 9-10).

Segundo Park, Nayyar e Low (2013, p. 183 apud CARNEIRO, 2015, p. 9),

Uma vez estabelecida, [...] a fragmentação internacional da produção passou de consequência a causa da liberalização comercial: o entrelaçamento dos sistemas produtivos tornou as políticas comerciais de cada país cada vez mais interdependentes, reduzindo o incentivo à adoção de políticas isolacionistas, como as de substituição de importações.

Baldwin (2013, apud CARNEIRO, 2015, p. 9), por sua vez, caracteriza o fenômeno da liberalização econômica no século XXI considerando pelo menos quatro dimensões, representando aspectos que adquirem importância crescente, significando processo de mudanças:

- I) aumento do comércio de mercadorias implicando especialmente partes e componentes;
- II) expansão do investimento internacional em unidades produtivas, envolvendo treinamento, tecnologia e relações interempresariais de longo prazo;
- III) fortalecimento do papel dos serviços, fundamentais na coordenação da produção dispersa; e
- IV) intensificação dos fluxos transfronteiriços de conhecimento, incluindo questões vinculadas desde à propriedade intelectual formalizada até formas tácitas de know-how empresarial e produtivo.

A aparente incapacidade do sistema multilateral de comércio de reagir em face dessas transformações, notada principalmente no impasse da rodada de Doha de negociações multilaterais da Organização Mundial do Comércio (OMC), fez com que os países buscassem crescentemente outras formas de negociação que não o [comércio] multilateral, partindo para acordos regionais e plurilaterais (CARNEIRO, 2015). Estas iniciativas trazem consigo a inclusão nas negociações da OMC, ou ao menos tentativas de inclusão, de temas que aprofundam os compromissos assumidos no plano multilateral, como serviços, ou que nunca foram objeto de disciplina no sistema multilateral, como convergência regulatória, padrões trabalhistas, comércio eletrônico etc (CARNEIRO, 2015).

Ainda, segundo Baldwin (2012; 2013 apud CARNEIRO, 2015), a profunda transformação vinculada à difusão das CGVs como forma de configuração produtiva e comercial coincidiu com o abandono de antigas políticas protecionistas e com a liberalização unilateral em diversos países, somados à proliferação e intensificação dos acordos preferenciais e regionais.

A respeito disto, Correa (2001, p. 68) esclarece que:

É fundamental ter em vista que o multilateralismo e o regionalismo são processos que têm como objetivo a redução das barreiras comerciais entre os países, sendo que o primeiro o faz de uma maneira indiscriminada, alcançando todos os membros da Organização Mundial do Comércio (OMC), enquanto o segundo se restringe a um conjunto de países, também integrantes da referida organização, mas que não se estende à totalidade dos signatários do acordo multilateral que a criou.

No entanto, como o regionalismo do século XXI abarca temas também situados fora escopo das negociações tradicionais, os acordos comerciais regionais podem, segundo Luquini e Santos (2009, p. 94), “servir realmente de apoio ao sistema multilateral de comércio pretendido pela OMC, pois tais acordos permitem que grupos de países negociem normas e compromissos que vão além do que seria possível multilateralmente em dado momento histórico”. Visando uma integração mais profunda, surgem, neste contexto, os acordos regionais, representados neste trabalho pela integração latino-americana e, especificamente, pela Aliança do Pacífico (AP).

Historicamente fragmentada em termos políticos, a América Latina enfrenta desde muito tempo diferenças entre seus Estados, que prevalecem em – e marcam – suas iniciativas de integração. Segundo Sanahuja (2009 apud Romero, 2014), os processos de integração na região carecem de mecanismos de tomada de decisões, de legitimidade e de controle adequados, o que gera fraqueza e falta de eficácia nas instituições regionais.

As iniciativas de integração na América Latina remontam à segunda metade do século XX, com a ALALC (1960) – atual ALADI, o Mercado Comum Centro-Americano (1960) e o Pacto Andino (1969), atual Comunidade Andina, por exemplo. Contudo, recentemente, os aspectos geográficos e as diferenças mencionadas têm gerado a divisão da região, no tocante a iniciativas importantes de integração, no eixo do Pacífico e no eixo do Atlântico, no primeiro caso implicando México, Colômbia, Peru e Chile, com a Aliança do Pacífico, e, no segundo, abrangendo Venezuela, Uruguai, Paraguai, Brasil e Argentina, com iniciativas como o MERCOSUL (ROMERO, 2014).

Pretendendo, entre outros, articular a América Latina com as economias da Ásia-Pacífico, e com o objetivo de “avançar progressivamente para a livre circulação de bens, serviços, capitais e pessoas”, os presidentes de México, Colômbia, Chile e Peru, em abril de 2011, assinaram o Acordo de Integração Profunda do Pacífico e, na Declaração de Lima, estabeleceram a Aliança do Pacífico. Estes países, de economias comparativamente mais abertas, almejavam estabelecer uma estratégia comum para o relacionamento com mercados internacionais, dentro de uma perspectiva que se poderia qualificar como de “integração neoliberal”, coerente com a concepção do regionalismo aberto (PADULA, 2013).

Neste sentido, observando esse movimento desde uma perspectiva latino-americana, cumpre indagar sobre o papel dos países dessa sub-região nas relações

entre si, com seus vizinhos latino-americanos e com a economia mundial, especialmente com países da região Ásia-Pacífico, em termos comerciais.

## **1.2 OBJETIVOS**

### **1.2.1 Objetivo Geral**

A presente pesquisa pretende caracterizar o processo relativo à constituição da Aliança do Pacífico e analisar as relações comerciais, históricas e atuais, dos respectivos países membros entre si, com a América Latina e com a economia mundial, especialmente com países da região Ásia-Pacífico, no intuito de detectar possíveis reflexos do funcionamento daquela iniciativa de integração nas interações econômicas (notadamente comerciais), políticas e institucionais em escala de subcontinente latino-americano.

### **1.2.2 Objetivos Específicos**

- Sistematizar literatura relevante sobre a problemática dos acordos comerciais;
- Caracterizar as (principais) iniciativas de integração regional protagonizadas na América Latina, contextualizando-as historicamente;
- Situar a iniciativa de integração referente à Aliança do Pacífico na trajetória das iniciativas latino-americanas de regionalização, caracterizando-a de acordo com seu papel na economia mundial no século XXI;
- Caracterizar, socioeconômica e politicamente, os países membros da Aliança do Pacífico – Chile, Colômbia, México e Peru – nas últimas décadas;
- Analisar as interações comerciais recentes destes países com a América Latina, com o resto do mundo e com os países da Ásia-Pacífico, com vistas, inclusive, a lograr alguma percepção sobre os possíveis efeitos do funcionamento desse acordo comercial.

### 1.3 JUSTIFICATIVA

Este estudo se justifica por conta da observada proeminência e importância da região Ásia-Pacífico nas relações econômicas internacionais, que inaugura novas regras de política comercial e determina o papel dos países nas dinâmicas no século XXI.

Desde uma visão latino-americana, a Aliança do Pacífico poderia vir a modificar também o quadro de integração no subcontinente onde se localiza, influenciando diretamente seus países vizinhos, devido principalmente às suas relações notadamente com a Ásia, atualmente a região mais dinâmica do globo, serem potencialmente favorecidas. Dessa forma, identificar e apresentar tal experiência parece ser de suma importância.

### 1.4 METODOLOGIA

Para tanto, são utilizadas fontes secundárias, provenientes de pesquisas bibliográficas e documentais em literaturas já existentes sobre o tema, qualitativas em sua totalidade, e da coleta de dados quantitativos, que se dá na plataforma de dados do Banco Mundial e de estatísticos do comércio internacional *UN COMTRADE*. Conforme propõe Prodanov e Freitas (2013), a análise de dados proposta neste trabalho caracteriza-se como um encadeamento lógico de evidências, que permite ao leitor acompanhar claramente o processo de desenvolvimento da pesquisa, desde as questões iniciais até as conclusões.

O trabalho está dividido em quatro capítulos principais: no primeiro capítulo, discorre-se acerca da temática de acordos comerciais; em seguida são apresentadas e caracterizadas historicamente as iniciativas de integração na América Latina no capítulo 2; logo, no terceiro capítulo, caracteriza-se a Aliança do Pacífico como acordo regional, como também socioeconômica e politicamente os membros da mesma, evidenciando população, PIB, IDH, entre outros indicadores; e no último capítulo são tratados dos vínculos comerciais históricos e atuais de Chile, Colômbia, México e Peru relacionados ao mundo, à Ásia-Pacífico e à América Latina, paralelamente.

## 2. ACORDOS COMERCIAIS: UMA APROXIMAÇÃO À PROBLEMÁTICA

Este capítulo sistematiza aspectos da literatura referente à problemática dos acordos comerciais, um tema que se insere na temática mais ampla da cooperação internacional. Parte-se da segunda, abordando a lógica dessa cooperação, associando-a à liberalização econômica; textos de referência são explorados e conceitos importantes são considerados. Em seguida, trata-se de multilateralismo e regionalismo, explorando aspectos econômicos e políticos, e situando-os no debate sobre Relações Internacionais.

### 2.1 UMA NOTA SOBRE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

Para se compreender a cooperação internacional observada atualmente, é necessário partir do reconhecimento da interdependência, entendida por Nye e Keohane (1988 apud OLIVEIRA; JUNIOR, 2003) como dependência mútua e essencialmente assimétrica. Porém, não somente a dependência entre os Estados tem feito com que estes atores cooperem: a competição econômica internacional também tem papel importante na busca por cooperação. De fato, segundo a lógica liberal, a formação de arranjos cooperativos pode melhorar a situação dos atores, comparativamente à situação de não-cooperação (PRAZERES, 2007).

Segundo Prazeres (2007), tanto a intensificação das relações entre os Estados, quanto a cooperação internacional e a criação de um regime multilateral de comércio, são explicadas pela teoria liberal, enquanto que a formação de blocos regionais, o desvio do multilateralismo e o regionalismo assentam-se, também, nas fundamentações da corrente realista da Economia Política Internacional. Notada a importância das teorias citadas na explicação da cooperação internacional, em seguida faz-se uma breve revisão teórica sobre o tema.

A ênfase na importância da liberalização do comércio remonta à época de Adam Smith em sua obra *A Riqueza das Nações* (1776), que propõe que, quanto mais desenvolvida for a divisão do trabalho, mais especializada e eficiente ela é, e, conseqüentemente, mais rica a nação. Para o autor, o desenvolvimento da divisão do trabalho dependeria da extensão dos mercados, e esses, por sua vez, quanto mais abertos fossem, mais enriqueceriam as nações integradas pelo comércio, conforme assinalado por Moreira (2012).



Mais tarde, no século XIX, David Ricardo (1821) apresentaria o conceito das vantagens comparativas, como explicação de como as relações comerciais entre os países ocorriam: os países exportariam (importariam) bens em cuja produção fossem relativamente mais (menos) eficientes, de modo que o comércio seria favorável mesmo para um país que fosse mais (menos) eficiente em todas as linhas de produção. Já no século XX (1933), a teoria neoclássica do comércio internacional, representada por Heckscher e Ohlin, pontuaria que as trocas comerciais se dariam a partir da dotação de fatores complementares, isto é, dependendo da abundância/escassez de terra, trabalho e capital de cada país (MOREIRA, 2012).

Mais recentemente, Krugman e Obstfeld (2001), em sua obra *Economia Internacional: Teoria e Política*, argumentaram que o comércio não deve ser necessariamente resultado de diferenças de vantagens comparativas. A integração comercial ampliaria e integraria mercados e levaria ao aumento das escalas de produção e a divisão internacional do trabalho, com possibilidade de benefício para todos os países envolvidos. Todavia, com relação ao conceito de economias de escala, Moreira (2012, p. 217) destaca que:

Krugman e Obstfeld mostram que segundo a ideia das economias de escala, cada país deve concentrar-se na produção de um número limitado de bens, pois com os países produzindo uma quantidade reduzida de produtos, cada um poderá produzir em uma escala maior do que se tentasse produzir uma maior variedade de bens. Sendo assim, o comércio internacional possibilita que cada país produza uma variedade restrita de bens que proporcione a obtenção de vantagens de economia de escala sem sacrificar a variedade de consumo, de tal forma que o comércio internacional amplia as variedades dos bens disponíveis no mercado.

Com o aprofundamento dos vínculos comerciais entre os países, a interdependência de suas economias se intensifica, nutrindo o processo conhecido por globalização. Como mostra Pietricovsky (2001, apud Luquini e Santos, 2009, p. 92), “a globalização é um processo de internacionalização da economia e de ampliação dos mercados para que as grandes empresas transnacionais possam obter o máximo de seu desempenho lucrativo”.

A chamada nova ordem internacional, iniciada após o desmantelamento do sistema bipolar com o fim da União Soviética, tem entre suas características a ampliação e o aprofundamento das relações de interdependência, em que os atores são afetados pelas ações dos outros, e o crescente peso dos fatores econômicos como elementos explicativos importantes das relações internacionais (MARIANO, 1995). Segundo Krasner (2000, apud MARIANO, 2007), a crescente interdependência

dos Estados, provocada por esta nova realidade, diminui a capacidade destes de oferecer bens e serviços às suas populações sem recorrer à cooperação internacional.

O pós-Guerra Fria é marcado, ainda, pela relevância das organizações internacionais, por iniciativas de cooperação e, sobretudo, por novas lógicas de atuação dos Estados, influenciados principalmente pela globalização. Com efeito, para Mariano (2007, p. 127), “apesar da globalização ser um fenômeno mundial, seus impactos são locais e regionais”, e, além disso, “a globalização está provocando uma alteração nos Estados, na qual os limites entre o doméstico e o internacional tornam-se menos nítidos, devido ao crescimento das redes mundiais de interdependência” (MARIANO, 2007, p. 132).

Prazeres (2007, p. 59) trata do tema da globalização enfatizando que:

[...] a intensificação do comércio internacional é fator central do fenômeno da globalização. O alargamento, o aprofundamento e a aceleração da interconectividade global, processos que marcam a globalização, encontram base empírica relevante no aumento do comércio internacional.

Nesse contexto, cumpre definir regionalismo e multilateralismo, levando em conta que na base de ambos figura o movimento de intensificação do processo de globalização da economia.

## **2.2 MULTILATERALISMO**

Segundo Bhagwati (1995 apud LUQUINI; SANTOS, 2009, p. 93):

O regionalismo pode ser conceituado como a redução preferencial de barreiras ao comércio entre um subconjunto de países que podem ser, mas não necessariamente, contíguos. [...]. Por sua vez, multilateralismo pode ser definido como sendo a redução indiscriminada de barreiras ao comércio, entendendo-se que o termo indiscriminada é utilizado no sentido de que a redução de barreiras se estende a todos os países.

O tripé de organizações internacionais estabelecido na Conferência de Bretton Woods, em 1944, lançou novas bases no sistema econômico internacional. Naquela ocasião, foram criados o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial e a Organização Internacional do Comércio (OIC), porém, esta última nunca entrou em vigor. A OIC viria a consolidar regras ambiciosas relativas à abertura comercial, contra o protecionismo e a autarquia, resultantes da crise de 1929 e que contribuíram para que eclodisse a Segunda Guerra Mundial (PRAZERES, 2007).

No lugar da OIC, aprovou-se o Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT), em 30 de outubro de 1947. Mais despretensioso e de caráter provisório, o GATT acabou por orientar todo o sistema multilateral de comércio por meio século, através de suas metas de redução progressiva de tarifas alfandegárias e oito rodadas de negociações multilaterais, fornecendo bases para o posterior estabelecimento da Organização Mundial do Comércio (WTO).

Como um dos principais resultados da Rodada Uruguai, e sucedendo o GATT, a WTO foi criada em 1995, com vistas à consolidação do compromisso dos Estados com a liberalização comercial. Por meio da incorporação de regras no comércio internacional, a Organização inaugurou um novo regime multilateral de comércio e possibilitou a criação de um ambiente propício ao avanço permanente das negociações comerciais (PRAZERES, 2007).

Os princípios medulares sobre os quais a WTO se apoia encontram-se na cláusula da Nação Mais Favorecida (em inglês, *Most Favoured Nation*, ou MFN), na cláusula do Tratamento Nacional, da Obrigatoriedade do Limite Tarifário e na Eliminação das Restrições Quantitativas. Cabe destacar neste trabalho, entre esses quatro pilares, a cláusula da nação mais favorecida, pois é a partir de um desvio desse princípio fundamental que se justifica a formação de acordos regionais de comércio (em inglês, *Regional Trade Agreements*, ou RTAs). De fato, como salienta Prazeres (2007, p. 55):

Tal qual o princípio do tratamento nacional, a cláusula da nação mais favorecida é um desdobramento do propósito de não-discriminação no comércio internacional. Se no tratamento nacional a não-discriminação opera-se entre o produto nacional e o importado similares, por sua vez, com base na cláusula da nação mais favorecida, a não-discriminação dá-se entre dois bens importados que sejam similares, mas provenientes de origens distintas. A própria essência de um acordo regional que conceda preferências tarifárias contraria a lógica da não-discriminação, uma vez que é de sua natureza a concessão de vantagens a um grupo limitado de países [...].

Contudo, os acordos da WTO preveem exceções às regras que propõem a liberalização comercial. Uma destas exceções diz respeito aos RTAs, que, por definição, concedem vantagens a um grupo limitado de países e, dessa forma, são incompatíveis com a cláusula da MFN. Desde sua criação, mais de 400 acordos de comércio de bens ou serviços foram notificados à WTO, contra apenas 124 notificações ao GATT entre 1948 e 1994. Segundo o *website* oficial da WTO (2017),

*All WTO members now have an RTA in force. Non-discrimination among trading partners is one of the core principles of the WTO; however, RTAs constitute one of the exemptions and are authorized under the WTO, subject*

*to a set of rules [...] What all RTAs in the WTO have in common is that they are reciprocal preferential trade agreements between two or more partners [...]*

Assim, respaldadas pelo artigo XXIV do GATT-1994, as uniões aduaneiras e zonas de livre-comércio podem ser instituídas pelos países membros da WTO da seguinte forma (WTO, 2017):

24.4 As Partes Contratantes reconhecem que é recomendável aumentar a liberdade do comércio desenvolvendo, através de acordos livremente concluídos, uma integração mais estreita das economias dos países participantes de tais acordos. Reconhecem igualmente que o estabelecimento de uma união aduaneira ou de uma zona de livre comércio deve ter por finalidade facilitar o comércio entre os territórios constitutivos e não opor obstáculos ao comércio de outras Partes Contratantes com esses territórios.

24.5 Em consequência, as disposições do presente Acordo não se oporão à formação de uma união aduaneira entre os territórios das Partes Contratantes ou ao estabelecimento de uma zona de livre troca ou à adoção de Acordo provisório necessário para a formação de uma união aduaneira ou de uma zona de livre troca, [...].

24.7 (a) Toda Parte Contratante que resolva participar de uma união aduaneira ou de uma zona de livre troca ou de um Acordo provisório, concluído para o estabelecimento de tal união ou de tal zona, comunicará sem demora às Partes Contratantes e lhes fornecerá, a respeito dessa união ou dessa zona, todas as informações que lhes permitam endereçar às Partes Contratantes os relatórios e recomendações que julgarem apropriados.

24.8 Para fins de aplicação do presente Acordo:

(a) entende-se por união aduaneira, a substituição, por um só território aduaneiro, de dois ou mais territórios aduaneiros, de modo que:

(i) os direitos aduaneiros e outras regulamentações restritivas das trocas comerciais (com exceção, na medida necessária, das restrições autorizadas nos termos dos Artigos XI, XII, XIII, XIV, XV e XX) sejam eliminados para a maioria das trocas comerciais entre os territórios constitutivos da união, ou ao menos para a maioria das trocas comerciais relativas aos produtos originários desses territórios; [...].

(b) entende-se por zona de livre troca um grupo de dois ou mais territórios aduaneiros entre os quais os direitos aduaneiros e outras regulamentações restritivas das trocas comerciais (com exceção, na medida necessária, das restrições autorizadas nos termos dos Artigos XI, XII, XIII, XIV, XV e XX) são eliminados para a maioria das trocas comerciais relativas aos produtos originários dos territórios constitutivos da zona de livre troca.

Ao firmar um acordo regional, as barreiras comerciais entre os países signatários são reduzidas, ao passo que as mesmas em relação a terceiros países são mantidas. Os ganhos obtidos neste processo de integração são caracterizados como “ganhos tradicionais”, isto é, há um fortalecimento e incentivo nas trocas comerciais e um aumento nos investimentos externos e domésticos. Porém, os países

possuem outros objetivos ao aderirem a arranjos regionais, como a prevenção de incertezas, a garantia de segurança e uma maior credibilidade internacional, ou ainda fortalecer o poder de barganha em negociações multilaterais (PEREIRA, 2008). Em seguida, discorre-se acerca do tema Regionalismo com mais detalhes.

### 2.3 REGIONALISMO

De um modo geral, o regionalismo muitas vezes é visto, no contexto econômico internacional, como uma forma de os Estados influenciarem o processo de globalização econômica. O motivo é que o regionalismo permitiria aos Estados terem mais controle nas relações comerciais do que costuma ser o caso no sistema multilateral (PRAZERES, 2007).

Segundo Blackhurst e Henderson (1993 apud PRAZERES, 2007, p. 63):

Para alguns, com efeito, a discussão entre regionalismo e multilateralismo comercial, na verdade, remonta ao debate clássico da Economia Política Internacional entre protecionismo e liberalismo. Sob nova roupagem, assim, o regionalismo teria como essência viabilizar a proteção a mercados domésticos e indústrias locais, não mais em âmbito nacional, mas sim numa esfera ampliada, a regional.

Importa salientar que regionalismo econômico não se refere apenas ao comércio de bens, mas também ao comércio de serviços e aos fluxos financeiros nos processos de integração regional. Medidas que incentivam o fluxo de capital entre os países-membros dos blocos costumam acompanhar a liberalização comercial, juntamente com a integração produtiva, em que são exploradas as complementaridades econômicas dentro do bloco.

Segundo Prazeres (2007), mesmo que pouco presente durante algum tempo, devido às incertezas sobre a sua capacidade de sustentação, o regionalismo tomou vigor a partir de meados da década de 1980 e, desde então, provocou interesse junto a políticos e acadêmicos. Vários motivos, segundo Prazeres (2007), explicariam o ressurgimento do regionalismo como fenômeno de relevância na ordem internacional. Entre eles, destacam-se:

(a) O fim da Guerra Fria, e o caráter de bipolaridade que esta dava à geopolítica mundial, fez com que os países deixassem de lado grandes preocupações com conflitos mundiais e pudessem dar atenção a ferramentas que potencializassem o

desenvolvimento econômico a partir do reconhecimento da interdependência internacional;

(b) O processo de integração europeu, que estimulou iniciativas regionais em outras partes do mundo;

(c) A tentativa fracassada de se concluir a Rodada Uruguai, fazendo com que os países reconsiderassem a opção pelo regionalismo.

Desse modo,

Em comparação com a primeira onda de regionalismo dos anos 1950 (segunda metade) e 1960, o novo regionalismo (ou a dita “segunda onda”) ocorre num contexto de mudanças estruturais na ordem política e econômica mundial. O fim da Guerra Fria, o fortalecimento das economias de mercado em relação às suas alternativas, a intensificação do processo de globalização e o interesse dos Estados em agirem nesse cenário são elementos da ordem política e econômica mundial que se relacionam com o surgimento de uma nova onda de regionalismo (PRAZERES, 2007, p. 91).

Uma comparação entre o antigo e o novo regionalismo, baseada no estudo de Lawrence (1997, p. 13-34 apud PRAZERES, 2007, p. 92) – que trata das principais características do fenômeno nos distintos momentos – é apresentada no Quadro 1.

**Quadro 1: Comparações entre antigo e novo regionalismos.**

	Antigo regionalismo	Novo regionalismo
Abertura Comercial	Substituição de importações, proteção e reserva em relação à economia mundial	Promoção das exportações, interesse na integração em relação à economia mundial
Recursos	Alocação de recursos planejada e orientada politicamente	Alocação de recursos orientada pelo mercado
Agente da orientação do comércio	Orientado por governos	Orientado por empresas privadas
Objetivos	Focado sobretudo no comércio de bens	Focado em bens, serviços e investimentos
Nível de integração	Concentrado nas barreiras de fronteiras (basicamente tarifas ao comércio)	Incentivo à integração aprofundada

Tratamento por país	Tratamento preferencial para países menos desenvolvidos	Regras iguais (ainda que com períodos de adaptação distintos)
---------------------	---	---

Fonte: Elaborado pelo autor com dados de Prazeres (2007, p. 92).

Porém, Prazeres (2007, p. 93) frisa que “o fator distintivo do novo regionalismo refere-se sobretudo ao reconhecimento, por parte dos Estados, da inviabilidade de se adotar modelos econômicos fechados e de se utilizar do regionalismo como instrumento para a autarquia”.

Outro aspecto a ser destacado nesta abordagem sobre o regionalismo é que, como amplamente reconhecido, acordos regionais de comércio são caracterizados pelas preferências comerciais estabelecidas entre os países, mais do que pela proximidade geográfica entre estes. Na teorização sobre integração econômica, com ênfase nesse aspecto, a contribuição de Bela Balassa é de grande importância. De fato, o autor trata entre outras coisas, em sua obra *Teoria da integração econômica*, dos estágios da integração e das características de cada etapa.

Segundo Balassa (1964), a integração econômica se diferencia de acordo com o nível de integração e se dá nas formas de zona de livre-comércio, união aduaneira, mercado comum, união econômica ou integração econômica total. Suas principais características e diferenças são:

- (a) Área de livre-comércio: tarifas e restrições de quantidade são abolidas, mas cada país mantém suas próprias tarifas com relação a terceiros;
- (b) União aduaneira: tarifas e restrições de quantidade são abolidas e é adotada uma tarifa externa comum;
- (c) Mercado comum: tarifas e restrições de quantidade são abolidas, é adotada uma tarifa externa comum e liberaliza-se o movimento de fatores (como capital e trabalho);
- (d) União econômica: tarifas e restrições de quantidade são abolidas, é adotada uma tarifa externa comum, liberaliza-se o movimento de fatores e políticas econômicas nacionais harmonizadas;
- (e) Integração econômica total: tarifas e restrições de quantidade são abolidas, é adotada uma tarifa externa comum, liberaliza-se o movimento de fatores, políticas econômicas nacionais harmonizadas e, por fim, unificam-se as políticas monetárias, fiscal e social e estabelece-se uma autoridade supranacional.

A conceituação de Balassa, mesmo permanecendo como alicerce da teoria da integração regional, foi aprimorada ao longo dos anos. Atualmente, fala-se principalmente em áreas de livre-comércio, uniões aduaneiras, mercados comuns e uniões econômicas e monetárias, caracterizados por Almeida (2011) como:

- (a) As áreas de livre-comércio ocorrem quando os impostos de importação e exportação aplicados ao comércio entre países sócios são eliminados. Em princípio, o comércio entre eles deve ser tão livre como se fosse um só país, porém, cada país mantém sua própria política comercial em relação ao exterior;
- (b) Por sua vez, as uniões aduaneiras são instituídas com o objetivo de os Estados membros cobrarem tributos iguais para países não sócios do bloco, isto é, além de eliminar restrições aduaneiras ao intercâmbio de mercadorias, a união aduaneira estabelece uma tarifa externa comum (TEC);
- (c) Nesse passo, os mercados comuns vão mais além, permitindo também a livre circulação de pessoas, para que possam trabalhar no outro país como se fossem nascidas ali, e empresas, que podem se instalar ou investir indiscriminadamente em qualquer dos países sócios. Neste caso, estabelece-se também políticas comuns aos países membros do bloco;
- (d) Por fim, as uniões econômicas e monetárias caracterizam o tipo mais avançado de integração, pois além de instituir todas as medidas descritas acima, os países adotam a mesma moeda. O único exemplo no mundo deste tipo de integração é a União Europeia, que instituiu o Euro como moeda única.

Entretanto, explorando a partir de agora uma visão mais política, ademais das teorias da integração pelo ângulo econômico, o regionalismo pode ser analisado também segundo as perspectivas Neorrealista e Institucionalista Neoliberal:

Parece [...] importante reconhecer uma certa aproximação das teses neoliberais e neorealistas a respeito de cooperação. Isso ocorre sobre tudo em função da adoção de pressupostos de escolha racional e sociedade anárquica - presente em ambas abordagens [...] Ainda que tenham nos seus referenciais esses mesmos elementos, neoliberais e neorealistas divergem a respeito das condições a partir das quais se daria a cooperação entre os atores na ordem internacional e dos limites dessa ação cooperativa. Divergem igualmente a respeito do papel que competiria às instituições na criação e manutenção do agir cooperativo nas relações internacionais (PRAZERES, 2007, p. 27).



Segundo Mariano (1995), na visão realista, o uso da força é elemento constante na política internacional, logo, as aproximações entre os Estados e as integrações entre eles se darão na medida em que atendam aos interesses da nação mais poderosa. O Neorealismo, aqui referido com inspiração no trabalho de Waltz (1979), defende que as relações entre os Estados estão pautadas na distribuição de poder entre eles, e, dessa forma, espera-se que arranjos regionais visem à segurança e aos ganhos relativos.

Com relação à corrente realista, Padula (2013, p. 31) afirma que

As relações de poder dentro dos Estados não são desprezadas, embora estas não ganhem ênfase nesta análise, mais focada nas relações interestatais em um ambiente internacional naturalmente competitivo, expansivo e anárquico. Nesta perspectiva, as escolhas dos Estados por um arranjo (ou modelo) de integração regional dependem tanto das coalizões internas de poder quanto das pressões ou constrangimentos exercidos no âmbito internacional [...], das condições materiais (distribuição de capacidades) e não materiais (ideológica e cultural).

Por outro lado, segundo os institucionalistas neoliberais, a cooperação entre os países se dá em áreas em que há interesses comuns. Nesse sentido, Keohane e Nye (1977) propuseram a teoria da interdependência complexa, que afirma que o sistema internacional não está pautado somente nas relações entre os Estados e em questões de cunho militar, pois vínculos comerciais também integram a urdidura de relações que caracterizam tal sistema.

O desenho do paradigma interdependente está vinculado a categorias da sociedade mundial globalizada, cujos fluxos econômicos, tecnológicos e de comunicação instantânea sobrepõem a velha superada lógica de poder político-militar do Estado, o poder da força bruta, dos arsenais nucleares, porque vêm inovando com a lógica de *rede* ou *trama*, de múltiplas conexões, nas quais todos os elos ou malhas, interdependentemente, encontram-se entrelaçados em vínculos (STELZER, 2007, p. 106).

Conforme Nye e Keohane (1977 apud OLIVEIRA; JUNIOR, 2003, p. 190-221), o aporte teórico da interdependência complexa pode ser caracterizado da seguinte forma:

(a) diferente do proposto pela teoria realista, os Estados não são os únicos e mais importantes atores do sistema internacional: outros atores passam a ter notável importância;

- (b) a força deixa de ser o principal instrumento político: a manipulação econômica e o uso das organizações internacionais mostram-se significativamente preponderantes sobre o antigo mecanismo da violência;
- (c) bem-estar e desenvolvimento sustentável projetam-se sobre a segurança como objetivo principal de política internacional;
- (d) existência de múltiplos canais de comunicação e influência, isto é, instituições internacionais utilizadas como importantes elementos de barganha política;
- (e) a agenda internacional torna-se mais complexa, extinguindo a hierarquia de temas;
- (f) há possibilidade de se estabelecer articulações entre atores, mesmo num sistema anárquico: a cooperação ocorre quando os atores ajustam seus interesses em conformidade com os interesses de outros.

As relações de interdependência geram custos, em geral assimétricos, para os atores envolvidos, isto é, não há garantia de que os custos serão equitativamente distribuídos. No entanto, na posse de instrumentos de controle mais efetivos, que mitiguem suas limitações, os atores são capazes de projetar poder e repassar assimetricamente parte dos seus custos para outros. Nesse sentido, a disseminação de blocos econômicos pode ser vista como um reflexo das pressões de assimetria, ao aumentarem os riscos econômicos àqueles que ficam de fora, pois, mesmo aceitando limitar sua soberania, os atores buscam na cooperação resultados que somente podem ser atingidos em conjunto (MARIANO, 1995).

Assim, intitulada como *“una iniciativa de integración regional que busca beneficiar a su población a través de la libre circulación de bienes, servicios, capitales y personas”* (ABECÉ ALIANÇA DEL PACÍFICO, 2017), a Aliança do Pacífico, por suas intenções, reúne condições de representar, nesses termos, um exemplo que caracteriza as relações comerciais no sistema internacional no período contemporâneo.

### **3. INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA: HISTÓRICO E CARACTERIZAÇÃO**

Este capítulo tem como objetivo fornecer uma ideia sobre a integração econômica na América Latina. Primeiramente, aborda-se brevemente seu histórico, apontando atores e fatores determinantes. Em seguida, trata-se sobre as principais iniciativas se deram na região, para que, ao fim, caracterize-se o tema de forma geral, a partir do anteriormente tratado.

#### **3.1 BREVE HISTÓRICO DA INTEGRAÇÃO NA AMÉRICA LATINA**

Desde o surgimento do Mercado Comum Europeu, em 1950, intenta-se a integração econômica na América Latina, a partir do argumento de que essa traria o desenvolvimento para a região. Dentre seus benefícios, figurariam o aumento do mercado e do comércio, o crescimento da industrialização e sua melhor distribuição espacial, a especialização da produção e a produção de escala, com eficiência e competitividade presentes, e, ainda, aumentar-se-ia o bem-estar dos povos integrados (MENEZES, 1990).

A partir do pressuposto, amplamente aceito no período em nível internacional, de que a industrialização seria a base primeira para o desenvolvimento, a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), da Organização das Nações Unidas (ONU), realizou estudos e coordenou esforços para que a integração econômica regional deslanchasse. A organização defendia que a formação de um “mercado regional” aceleraria o processo de industrialização (ALMEIDA; CHALOULT, 1999).

Para se alcançar etapas mais avançadas no processo industrial, mercados mais amplos que os domésticos seriam fundamentais, para que fosse possível se produzir a custos razoáveis, usufruindo de economias ou ganhos de escala. O processo de industrialização por substituição de importações, além de apresentar, já na década de 1960, sinais de esgotamento, viria a afetar o crescimento das exportações, devido aos altos custos internos e às restrições a importações de itens essenciais ao crescimento industrial (MENEZES, 1990). As novas estratégias de industrialização propostas pela CEPAL aparentavam ser uma grande oportunidade para criar mercados regionais e melhorar a escala e a eficiência do processo de substituição de importações (regionalismo fechado) (HAFFNER, 2002). Com efeito:

O tamanho do mercado [...] era, nas conclusões dos estudos, de fundamental importância, porque o mesmo seria a base para um crescimento autônomo, sustentado e favorável às exportações pela sua diversificação. O mercado latino-americano poderia, enfim, ser a base para o desenvolvimento. As indústrias, principalmente as de tecnologias mais avançadas, teriam perspectiva de avanço, se contassem com um mercado regional como base de sustentação. A integração econômica abriria aos países da América Latina oportunidades para investimentos, com produção mais eficiente e competitiva, pois teríamos aqui um mercado regional amplo para produtos industrializados, incluindo bens de capital [...]. A integração poderia ser o começo de um novo tempo no Continente (MENEZES, 1990, p. 15).

Defendia-se que, se o comércio livre na região prosperasse, viriam, conseqüentemente, autossuficiência da região e menor dependência externa, assim como o bem-estar geral dos países e povos, principalmente os menos desenvolvidos. Além disso, um maior mercado comprador incentivaria novos investimentos, a produção aumentaria e produtos com novas tecnologias seriam adicionados aos existentes. Seria mais atrativo, seguro e potencialmente rentável também para investidores estrangeiros, pois estes investiriam em um mercado mais amplo que os domésticos. Portanto, a eliminação de barreiras alfandegárias e a conseqüente integração trariam um mercado mais amplo, menos oneroso e mais competitivo, inclusive em relação ao exterior.

Contudo, o processo de integração conduzido pela CEPAL encontrou diversos problemas. O passado histórico dos países da região, que os fizeram se voltar para o exterior em detrimento de seus vizinhos, mostrou-se um entrave à integração, em conjunto com as estruturas iniciais de organização política e comercial destes países e a pobreza de alguns deles. Porém, os perigos da dependência ao exterior haviam sido claramente percebidos com a depressão de 1930 e as duas guerras mundiais, no que tange à exportação e importação de produtos primários e industriais, e isso levou os países da América Latina a considerarem a industrialização e o desenvolvimento persistindo na integração regional (HAFFNER, 2002).

A desigualdade econômica entre os países da região era também um empecilho para o crescimento industrial harmônico, e uma simples integração econômica não era suficiente para evitar que algumas economias ficassem para trás. A concentração de recursos e tecnologia se daria onde a mão-de-obra fosse maior e mais qualificada, pertencente a um mercado interno maior e um ambiente de maior estabilidade política, com tradição no setor e matéria-prima. Neste sentido, Menezes (1990, p. 22) afirma que “a diversificação, a especialização e a reciprocidade seriam

os possíveis caminhos para diminuir distâncias [...]. Uma integração no setor industrial deveria ser, portanto, harmônica, planejada e progressiva”.

O receio perante o novo e em face da possível perda de privilégios tende a dificultar a tentativa de integração. Diante disso, a CEPAL defendia a especialização intraindustrial, isto é, que produtores industriais produzissem partes de um produto, em vez de apenas produtos completos. Assim, concentrariam sua produção, tecnologia, competição e esforço para produzir e exportar um único produto ou parte dele, e, desse modo, poderiam até mesmo atingir a produção de escala, alta produtividade, redução dos custos e menos receio das incertezas iniciais. Essa alternativa facilitaria a adaptação dos industriais ao novo quadro, mostrando-se mais viável em uma região integrada, dentro das circunstâncias do mercado e do momento histórico (MENEZES, 1990).

Em suma, desde 1948, através de estudos e análises provenientes principalmente da CEPAL, falava-se em aumento do comércio e desenvolvimento na região da América Latina, em associação com integração, mas somente a partir de 1956, com a criação do Comitê de Comércio, começou-se de fato a cogitar zonas de livre-comércio, uniões aduaneiras e mercados comuns. Esse Comitê, formado pelos países-membros da CEPAL, buscava ampliar ao máximo o comércio regional e descobrir soluções para os problemas que limitavam as transações comerciais. Sustentava-se, a partir dos estudos feitos, que a criação de um mercado comum aceleraria a industrialização da região. Contudo, inicialmente, apenas se propunha a participação de mais de dois países e a liberalização comercial concentrada em determinados produtos.

Assim, no final da década de 1950, o sentimento integracionista fazia parte do discurso da época na região, tornando a cooperação econômica um objetivo explícito que levaria ao estabelecimento de iniciativas concretas, com vistas a atingir mercados mais desenvolvidos e competitivos (HAFFNER, 2002). Entre 1958 e 1959, grupos técnicos de trabalho da CEPAL estudaram o que estava acontecendo na Europa, no intuito de usar como base a iniciativa que instituiu a Comunidade Econômica Europeia, com vistas a criar um mercado comum latino-americano. As análises do grupo encaminhariam para uma proposta que incluía todos os países da região e, ao longo do tempo, todos os produtos, o que viria a compor o corpo do Tratado de Montevideu (MENEZES, 1990).

No primeiro momento, seria criada somente uma zona de livre comércio em que as tarifas e outras restrições seriam reduzidas progressivamente para facilitar o crescimento do comércio entre os países membros. Não se determinava igualar as tarifas alfandegárias externas, mas, sim, reduzir as existentes entre os países a se associarem. O grupo de trabalho recomendava que para se chegar a isto fossem observadas duas etapas. A primeira duraria dez anos, quando, no decorrer desse tempo, as restrições ao comércio deveriam ser eliminadas gradativamente. Em um segundo momento, as tarifas e outras restrições seriam totalmente extintas, e o mercado comum, por fim, estabelecido (MENEZES, 1990, p. 34).

Partindo do princípio de que as economias menores seriam postas em uma condição de competição adversa e não muito justa, enquanto as economias mais desenvolvidas se beneficiariam, foi proposta uma divisão do grupo de países de acordo com sua produção e comércio de bens primários, de capital, intermediários e de bens de consumo. A ideia era que as economias maiores liberalizassem seu comércio mais rapidamente que as menores, cujas exportações seriam facilitadas, em prol de seu crescimento econômico. Por outro lado, caso um país estivesse importando mais que exportando, poderia frear sua liberalização comercial e evocar uma condição de reciprocidade.

A seguir apresentam-se e comentam-se brevemente iniciativas importantes de integração em solo latino-americano.

### **3.1.1 A Associação Latino-Americana de Livre Comércio**

Enfim, em fevereiro de 1960, o Tratado de Montevideu estabeleceu uma zona de livre comércio, instituindo a Associação Latino-Americana de Livre Comércio – ALALC. Inicialmente, celebraram o tratado Argentina, Brasil, Chile, México, Paraguai, Peru e Uruguai. No ano seguinte, aderiram Colômbia e Equador, ficando de fora, nesse primeiro momento, Bolívia, Cuba, Venezuela e a parte da América Central, que avançava nas negociações do Mercado Comum Centro Americano – MCCA.

Cuba, de fato, solicitou sua adesão em 1962, mas a teve negada pelo argumento de incompatibilidade entre seu sistema econômico e os termos do tratado. Porém, poder-se-ia argumentar também que a recusa de Cuba se deu muito mais por motivos políticos do que econômicos, pautados principalmente no apoio estadunidense à iniciativa de integração latino-americana e suas fortes desavenças com Cuba desde a invasão da Baía dos Porcos, um ano antes. A luta contra o Comunismo e o medo que esse causava deixaram os países da região apreensivos

com as reformas internas de Cuba, vistas como um mau exemplo. Dessa forma, decidiu-se por excluir o país da ALALC e, ainda, da Organização de Estados Americanos (OEA). Já a Venezuela e a Bolívia, por sua vez, se uniram ao grupo em 1967 (MENEZES, 1990).

Buscando eliminar restrições comerciais de toda ordem, estabeleceu-se uma zona de livre comércio, desconsiderando a unificação das tarifas alfandegárias externas frente ao resto do mundo. Através de negociações multilaterais, definiram-se “listas comuns” aos membros e “listas nacionais”, produto a produto, de reduções tarifárias e eliminação de restrições não-tarifárias, visando o desmantelamento de medidas protecionistas vigentes no comércio regional (ALMEIDA; CHALOULT, 1999).

Ao invés dos dez anos propostos pelo Comitê de Comércio da CEPAL, o Tratado institui um prazo de doze anos para que as restrições incidentes sobre a importação de produtos originários da região fossem extintas. Porém, havia várias exceções à regra, introduzidas devido a problemas estruturais e históricos, que viriam a atrapalhar as boas intenções o Tratado.

Levando-se em conta a grande heterogeneidade e pouca complementaridade entre as economias da região, ademais da instabilidade política dos governos, cabe assinalar que os objetivos da ALALC eram bastante ambiciosos. Este ponto é essencial na compreensão da falta de unidade e de igualdade de tratamento dentro da organização, o que viria a provocar a sua fragmentação (ARAÚJO, 2002).

Segundo Menezes (1990, p. 43), os países membros estavam divididos em categorias:

Os três “grandes” seriam Argentina, Brasil e México; o grupo intermediário contava com Chile, Colômbia, Peru, Uruguai e Venezuela; Bolívia, Equador e Paraguai situar-se-iam no grupo de países relativamente menos desenvolvidos [...]. A desigualdade gigantesca entre os membros fazia com que o Tratado criasse um mecanismo específico para tentar diminuir as distâncias entre os sócios. Foi uma tentativa válida, mas que não deu certo.

A ALALC trouxe aumento no comércio da região nos anos iniciais de seu estabelecimento (1962 – 1964), mas não foi capaz de provocar mudanças profundas na economia e no comércio regionais. De 1965 em diante, as negociações foram decrescendo, até que na década de 1970 praticamente estagnaram. Isso se comprova nas listas nacionais de concessões de produtos, que nos três primeiros anos haviam atingido o marco de 75,8% de todas as concessões feitas, em comparação aos 24% dos anos seguintes (MENEZES, 1990).

Em síntese, os órgãos da ALALC não tinham poderes suficientes para lograr a integração, e a diferença dos níveis de desenvolvimento dos países membros foram determinantes para seu insucesso, que acabou provocando fraturas internas. A primeira delas foi a criação do Grupo Andino: segundo Almeida e Chaloult (1999, p. 148), “a clivagem entre países ‘comercialistas’ (Argentina, Brasil e México) e ‘desenvolvimentistas’ (Bolívia, Chile, Colômbia, Equador e Peru) faz com que estes últimos, sem abandonar formalmente a ALALC, tenham decidido criar o Grupo Andino”.

### **3.1.2 O Grupo Andino**

Criado pelo Acordo de Cartagena, assinado em 1969 por Bolívia, Chile, Colômbia, Equador e Peru, o Grupo Andino (ou Pacto Andino) surgiu como uma reação à frustração dos países de médio e pequeno desenvolvimento ao processo de integração vinculado à ALALC. Acreditando que apenas Argentina, Brasil e México viriam a ganhar com a dita Associação, aqueles outros membros celebraram o referido acordo com vistas a desenvolver com mais facilidade e rapidez um processo de integração que distribuísse melhor os benefícios desse tipo de iniciativa. Mesmo que a criação de grupos sub-regionais não estivesse prevista no Tratado de Montevidéu, em 1967 o Conselho de Ministros das Relações Exteriores da ALALC ratificou as normas que permitiam a criação de tais grupos no âmbito da Organização. A existência do Grupo Andino era, portanto, legal (MENEZES, 1990).

Os termos desse acordo diziam respeito, entre outros aspectos, à liberalização do intercâmbio, à coordenação política de desenvolvimento industrial, à formulação de um programa para as importações, à criação de uma tarifa externa comum e à coordenação e harmonização das políticas econômicas de seus países membros. Um objetivo maior era a melhoria do nível de vida de seus habitantes através da integração e da cooperação econômica e social.

Em suas fases iniciais, o Grupo evoluiu de forma dinâmica, a partir do estabelecimento de programas de desgravação tarifária, tarifa externa mínima comum e tratamento uniforme para o capital estrangeiro, entre outros. Porém, seu caráter ambicioso e a recessão econômica a partir da crise do petróleo, no início da década de 1970, provocaram uma desaceleração das metas propostas em 1969 (ALMEIDA; CHALOULT, 1999). Em 1973, a Venezuela aderiu ao Pacto e o Chile, com o governo



de Pinochet, retirou-se, abrindo sua economia ao mercado externo, principalmente aos Estados Unidos.

Na análise de Menezes (1990, p. 61),

O pacto teve seus problemas naturais esperados, mas a tentativa serviu pelo menos para unir mais as economias da zona [...]. Os acordos de complementação industrial, um dos pilares do Pacto, emperraram. Esperava-se mais investimento do setor para aproveitamento do mercado ampliado, porém, na prática, a falta de recursos outra vez contrariou as boas intenções. O capital externo, como sempre foi, na dúvida, não investiu na economia sem tradição no setor industrial; o capital privado nacional era escasso e receava correr riscos; e os recursos públicos nacionais dificilmente são investidos. Assim, os problemas cresceram, a frustração também [...]. Desta vez não havia Argentina, Brasil, nem México para serem culpados. O maior culpado talvez tenha sido o fraco desempenho comercial entre os membros do Acordo, após sua liberação.

Desde 1996 denominado Comunidade Andina (CAN), o bloco tem como objetivo principal alcançar um desenvolvimento integral, equilibrado e autônomo, por meio da integração andina, sul-americana e latino-americana. Objetiva-se, ainda, entre outros, diminuir a vulnerabilidade externa e melhorar a posição dos países membros no contexto econômico internacional e facilitar a participação destes na formação gradual de um mercado comum latino-americano (*COMUNIDAD ANDINA*, 2017).

Em 1969, também se estabeleceu o Protocolo de Caracas, visando adaptar o Tratado de Montevideu a uma nova etapa de integração econômica. De fato, entre as décadas de 1970 e 1980, o interesse pela integração por parte dos governos latino-americanos foi se perdendo, devido ao fato de os resultados obtidos não terem sido muito positivos (HAFFNER, 2002). O Protocolo, juntamente com a criação do Grupo Andino, reflete os problemas encontrados pela ALALC, a qual, desde 1974, tentou reorganizar-se e adaptar-se, para lograr uma concreta integração do subcontinente. Dessa forma, em agosto de 1980, a ALALC foi então substituída pela Associação Latino-Americana de Integração (ALADI).

### **3.1.3 A Associação Latino-Americana de Integração**

Agora com o objetivo de criar uma zona de livre comércio, o novo Tratado de Montevideu (1980) tornou-se mais flexível e passou a aceitar pactos parciais entre dois países ou grupos de países, de acordo com a realidade regional ou o nível de

desenvolvimento. A ALADI surgiu, assim, para estabelecer de forma gradual e progressiva um mercado comum latino-americano.

A obrigação de elaboração de listas comuns foi eliminada, assim como os prazos para cumprimento das metas integracionistas (zona de livre comércio ou mercado comum). Os mecanismos utilizados, mais flexíveis, passam a buscar a conformação de uma área de preferências tarifárias.

Composta pelos mesmos países que faziam parte da ALALC, a nova organização passa a englobar acordos de alcance regional (comuns a todos os países-membros) e parcial (com a participação de dois ou mais países da área), preferências alfandegárias regionais, apoio a países de menor desenvolvimento econômico, sistema de pagamentos e créditos recíprocos. Ademais, adota-se o princípio do pluralismo, querendo isto dizer que o tipo de regime econômico e político dos membros já não importa mais (MENEZES, 1990). Dessa forma, em 1998, Cuba é aceita como 12º país-membro, depois de atuar como observador desde 1986.

Apontada pela CEPAL na década de 1990 como uma nova abertura comercial, de reaproximação dos países latino-americanos, a fase do “Regionalismo Aberto” (CEPAL, 1994) é caracterizada pela aceitação da ideia de que a integração seria uma fonte de criação e não desvio do comércio. A interdependência econômica regional impulsionaria os acordos regionais de integração e o novo regionalismo faria a integração avançar rapidamente. Neste sentido, constatou-se que, no período, um grande número de acordos parciais que dinamizariam o comércio regional e se enquadram no regionalismo aberto, como a Comunidade Andina (CA), Mercado Comum do Sul (Mercosul), o Mercado Comum Centro Americano (MCCA) e a Comunidade do Caribe (CARICOM) (HAFFNER, 2002).

Atualmente, a ALADI é o maior grupo latino-americano de integração, contando com treze países membros (Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Cuba, Equador, México, Panamá, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela), que representam em conjunto 20 milhões de quilômetros quadrados e 510 milhões de habitantes. Os países-membros menos desenvolvidos em termos econômicos contam com um sistema preferencial que lhes permite participar plenamente do processo de integração, a partir de listas de abertura de mercados oferecidas pelos demais países, de programas especiais de cooperação e de medidas compensatórias (ALADI, 2017).

### 3.1.4 Relações entre Brasil e Argentina e o Mercado Comum do Sul

A origem do Mercosul remonta às relações históricas de aproximação e divergência entre Brasil e Argentina. Segundo Almeida e Chaloult (1999), a primeira iniciativa de criação de uma união aduaneira entre os dois países ocorreu em 1941, porém sem resultados efetivos devido a diferenças políticas e diplomáticas.

Apesar das disputas regionais, desde a década de 1950, o comércio e a cooperação entre Brasil e Argentina cresciam aos poucos. No ano de 1959, após um longo período de afastamento, ambos os países se reaproximam e estabelecem um programa limitado de cooperação econômica, tornando possível a criação da ALALC.

A partir da Declaração de Iguazu, assinada em 1985 pelos dois países em um contexto de redemocratização, após um longo período de ditaduras vivenciadas por estes países, institui-se a Comissão Mista de alto nível. O objetivo da Comissão seria acelerar o processo de integração bilateral, por meio de estudos sobre cooperação e integração econômica, principalmente nas áreas de complementação industrial, energia, transporte, comunicações, desenvolvimento técnico-científico e comércio bilateral e com terceiros países. Na ocasião de assinatura dessa Declaração, seus presidentes enfatizaram o desejo de estreitar laços de amizade e solidariedade e concordaram em dedicar esforços para a integração das nações latino-americanas. Concordava-se que as dificuldades econômicas da região emanam, também, do protecionismo no comércio internacional (MENEZES, 1990).

Nos anos seguintes, surgiram outras iniciativas, como a Ata para a Integração Brasil-Argentina (1986), o Programa de Integração e Cooperação Econômica (PICE – 1986), o Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento (1988) – visando instituir um espaço econômico comum em dez anos e harmonizar as políticas nacionais necessárias para formação do mercado comum, além da Ata de Buenos Aires (ALMEIDA; CHALOULT, 1999).

Firmada em julho de 1990, a Ata de Buenos Aires cria o Grupo Mercado Comum, com ações previstas em torno da conformação de um mercado comum bilateral. Para tal fim, consolida-se o programa de liberalização comercial junto à ALADI, através do Acordo de Complementação Econômica (ACE) nº 14. Na qualidade de observadores, Uruguai e Paraguai se unem às reuniões entre Brasil e Argentina. Um ano depois, na data de 26 de março de 1991, já com novas presidências na

Argentina e no Brasil, os quatro países assinam o Tratado de Assunção, visando constituir um mercado comum com esse escopo até 31 de dezembro de 1994.

O Tratado é instituído, principalmente, com o objetivo de integrar os Estados Partes por meio da livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos, estabelecer uma Tarifa Externa Comum (TEC), adotar uma política comercial comum, coordenar políticas macroeconômicas e setoriais e harmonizar legislações em áreas pertinentes. Ademais, o Mercosul se caracteriza pelo regionalismo aberto, isto é, incentiva o intercâmbio com outros parceiros comerciais, além dos que integram a zona em questão (MERCOSUL, 2017).

Entre 1993 e 1994, a negociação da TEC do Mercosul leva à aceitação de listas nacionais de exclusão, durante uma fase de convergência (2001 a 2006), devido a diferenças de estrutura e níveis de desenvolvimento industrial entre os países. Ainda em 1994, assinou-se o Protocolo de Ouro Preto, que dá personalidade jurídica internacional ao bloco, atribuindo-lhe, assim, competência para negociar, em nome próprio, acordos com terceiros países, grupos de países e organismos internacionais. Em 1996, a Declaração Presidencial sobre Compromisso Democrático no Mercosul cria medidas punitivas dentro do espaço normativo do bloco para casos de ruptura, ou ameaça de ruptura, da ordem democrática em Estados-membros.

Em suma, segundo Haffner (2002, p. 119), neste período o Mercosul se apresenta como “o eixo principal da dinamização dos processos de integração da região, em que o comércio interno entre o Brasil, o Paraguai, a Argentina e o Uruguai cresceu de US\$ 4 bilhões em 1991 para US\$ 18 bilhões em 2000”.

O Tratado de Assunção permite que os demais países membros da ALADI adiram ao Mercosul. Desta forma, o bloco passou pela sua primeira ampliação em 2012, com o ingresso da Venezuela como Estado Parte, e, com a inclusão deste país, passou a contar com uma população de 270 milhões de habitantes, um PIB de US\$ 3,2 trilhões e um território de 12,7 milhões de km<sup>2</sup>. Atualmente, todos os países da América do Sul participam do Mercosul, como Estado Parte ou Associado (MERCOSUL, 2017).

### **3.1.5 O Mercado Comum Centro-Americano**

O Mercado Comum Centro-Americano (MCCA), instituído em 1960 a partir do Tratado de Integração Centro Americano, é composto por Costa Rica, El Salvador,

Guatemala, Honduras e Nicarágua, ausentes do projeto da ALALC. A iniciativa é resultado do movimento promovido pela CEPAL em direção ao desenvolvimento por meio da integração e de diversos instrumentos de cooperação econômica emanados anteriormente entre estes países.

Com um prazo de consolidação de apenas cinco anos, sua meta inicialmente era unificar as economias dos países a fim de promover seu desenvolvimento e melhorar a condição de vida de seus habitantes, ademais de promover a paz na região, marcada por diversos conflitos. Pode-se considerar que, de fato, a integração de mostrava como uma necessidade para esses países (TEIXEIRA; NETO, 2012). Entretanto, mesmo gerando significativos ganhos de comércio, essa iniciativa passou por um longo período de estagnação até meados da década de 1980, refletindo o quadro do resto da região (ARAÚJO, 2002).

### **3.1.6 A Comunidade do Caribe**

Instituída em 1973 pelo Tratado de Chaguaramas, a Comunidade do Caribe, comumente conhecida pela sigla CARICOM, contava com objetivos audaciosos, que incluíam até mesmo a coordenação das políticas externas de seus membros. Barbados, Guiana, Jamaica e Trinidad e Tobago assinaram o Tratado sob a ideia de que juntos teriam maior peso na política internacional, indo de encontro com o modelo de integração cepalino (TEIXEIRA; NETO, 2012).

A Comunidade do Caribe sustenta-se em quatro pilares principais: a integração econômica, a coordenação da política exterior, o desenvolvimento humano e social e a segurança. Hoje com quinze Estados Membros e cinco Associados, a CARICOM teve o seu Tratado revisado em 2001 e estabeleceu o mercado único da CARICOM (CSME) (CARICOM, 2017).

### **3.1.7 A União de Nações Sul-Americanas**

Mesmo não sendo uma iniciativa de integração latino-americana, a União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) cumpre importante papel na região e nas relações políticas e econômicas entre países latino-americanos. Portanto, cabe atenção para este projeto de integração, que conta hoje com doze países da América do Sul

(Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Chile, Equador, Guiana, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela).

Inicialmente formalizada como Comunidade Sul-Americana de Nações (CSN), a instituição foi criada para integrar os processos regionais desenvolvidos pelo Mercosul e pela Comunidade Andina, tendo como principal objetivo a construção de um espaço de integração cultural, econômico, social e político, de acordo com a realidade de cada nação (UNASUR, 2017).

No âmbito da articulação entre todos os países da América do Sul, as demandas por mudanças no tratamento da integração regional estiveram presentes na III Reunião de Presidentes da América do Sul (Cuzco, Peru) em 2004. Nesta reunião foi constituída a Comunidade Sul-americana de Nações, envolvendo todos os países da região, que iniciou o processo de institucionalização da integração que culminou com a criação da UNASUL em 2007 [...]. A UNASUL representou a expressão de uma tendência política revisionista. Ensaçou uma aproximação entre Mercosul e Comunidade Andina de Nações (CAN) no campo econômico, ainda que inviável no atual contexto de diferentes perspectivas de integração. Com a instituição da UNASUL, abriram-se novas possibilidades de tratamento de temas que já vinham ganhando espaço na ampliação da agenda integracionista (PADULA, 2013, p. 34).

Talvez o maior desafio da UNASUL, assim como das demais iniciativas de integração da região, seja o combate, no intuito da grande redução (ou mesmo a eliminação) das desigualdades socioeconômicas nessa escala. Assim, busca-se constantemente a redução das assimetrias existentes a partir da cooperação econômica entre os países.

### **3.1.8 A Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos**

Como uma das iniciativas mais recentes de integração, a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC) foi criada em 2011 na Cúpula de Caracas, através da Declaração de Caracas, visando a cooperação para o desenvolvimento e a concertação política dos países. A organização se apresenta como uma valiosa ferramenta para o diálogo da América Latina com o resto do mundo (em temas como desenvolvimento social, finanças, educação, desarmamento nuclear e meio ambiente) e facilitando a coordenação de posições nas relações com outros blocos regionais e países emergentes (CELAC, 2017).

Tanto a CELAC como a Unasul têm entre seus objetivos a coalizão política de seus participantes para a adoção de posições comuns em fóruns multilaterais da governança global. Além disso, estes dois projetos também avançaram no âmbito da governança regional, com a previsão de medidas de

contenção a perturbações à ordem democrática nos países da região – dispositivos presentes também no Mercosul e na CAN (TEIXEIRA; NETO, 2012, p. 31).

### **3.1.9 A Aliança do Pacífico**

Visando avançar progressivamente na livre circulação de bens, serviços, capitais e pessoas, Chile, Colômbia, México e Peru assinaram em abril de 2011 o Acordo de Integração Profunda do Pacífico, e instituíram, por meio da Declaração de Lima, a Aliança do Pacífico. Esta iniciativa será tratada com mais detalhes no capítulo seguinte.

## **3.2 CARACTERIZAÇÃO DO PROCESSO INTEGRATIVO NA AMÉRICA LATINA: ESBOÇO DE VISÃO DE CONJUNTO**

Como já comentado, o papel da CEPAL foi substancial em termos de influência e constituição de iniciativas enfileiradas no processo de integração no subcontinente latino-americano. Entre as décadas de 1950 e 1960, o caráter da integração assumido pela CEPAL era de um regionalismo desenvolvimentista, em detrimento de um regionalismo liberal como aconteceu nos anos seguintes. Este último tem suas bases na doutrina clássica do comércio internacional, de Adam Smith e David Ricardo, e, por conseguinte, na teoria neoclássica, que dedica atenção, entre outros aspectos, aos conceitos de criação e desvio do comércio, propostos por Viner (1950, 1953) (TEIXEIRA; NETO, 2012).

Segundo Viner, os acordos regionais de comércio poderiam levar à criação de comércio entre os membros, mas poderia também ocasionar um desvio, ou seja, um país escolheria importar de outro membro do bloco, em detrimento de um terceiro país, mais eficiente na produção da mercadoria em questão, mas externo ao processo de integração. Portanto, na visão liberal, a integração econômica regional é vista como um *second best* à opção da abertura econômica multilateral e irrestrita, quando os ganhos de comércio seriam maximizados (TEIXEIRA; NETO, 2012).

Enquanto o regionalismo liberal foca na melhora das relações comerciais intrabloco e no conseqüente aumento do comércio, o regionalismo desenvolvimentista vê a integração regional como uma estratégia para promover o desenvolvimento econômico dos países menos desenvolvidos no sistema capitalista. Desta forma, a

CEPAL defendia nos anos 1950 que a industrialização seria essencial na superação do desenvolvimento e que a integração econômica seria de suma importância para lográ-lo.

É claro que o modelo de integração econômica proposto por Prebisch não era a abertura comercial pura e simples, multilateral, baseada na especialização na produção de produtos primários para exportação visando explorar vantagens comparativas estáticas – modelo preconizado pela doutrina liberal do comércio internacional, base da visão neoclássica da integração econômica desenvolvida por Viner (1950, 1953). Em contrapartida, a proposta de Prebisch era de uma integração que atendesse a duas grandes exigências dos países latino-americanos: a industrialização e a superação da vulnerabilidade externa (CEPAL, 1959, p. 330 apud TEIXEIRA; NETO, 2012, p. 11).

O foco da abertura regional idealizada por Prebisch (importante e influente economista latino-americano; expoente da CEPAL) estava no comércio intrassetorial, em busca de cadeias de valor na indústria regional e, portanto, supunha uma cooperação econômica que ia além da mera abertura comercial nos moldes liberais. A integração envolveria mecanismos de redução de assimetrias e não exigência de reciprocidade, evitando a polarização entre países ricos e pobres dentro da região (TEIXEIRA; NETO, 2012).

De modo geral, entre 1960 e 1980, a integração na América Latina encontrou diversos obstáculos. Em primeiro lugar, e como anteriormente citado, as assimetrias entre os países da região, com discrepâncias no nível de desenvolvimento industrial, geraram resistências à abertura comercial, principalmente por parte dos menos desenvolvidos (TEIXEIRA; NETO, 2012).

Incluem-se também o contexto de fortes nacionalismos e governos autoritários e a doutrina anticomunista liderada pelos Estados Unidos, que fez com que as ideias da CEPAL fossem vistas, muitas vezes, com desconfiança. Ainda, o quadro de instabilidade econômica, desencadeado pelo colapso do sistema de Bretton Woods, os dois choques de petróleo e a desaceleração das economias centrais nos anos 1970, somada à crise da dívida e ao aumento da inflação, nos anos 1980, reduziram a autonomia dos países latino-americanos na formulação de política econômica e, assim, também para a coordenação macroeconômica exigida pela ambiciosa proposta cepalina (TEIXEIRA; NETO, 2012).

Após esse período, houve uma mudança de viés no que concerne ao tipo de regionalismo predominante na região. O regionalismo desenvolvimentista deu lugar ao regionalismo liberal, ou regionalismo aberto, como também ficou conhecido. Os



ideários liberais disseminados a partir do Consenso de Washington, em 1989, evidenciavam a globalização como um fenômeno global e palavra de ordem a partir de então (TEIXEIRA; NETO, 2012).

Em âmbito mundial, a década de 1990 se caracterizou, portanto, pela abertura econômica multilateral, a proliferação de acordos bilaterais e blocos econômicos, com a União Europeia como sua maior expressão. Para tanto, a CEPAL incentivava os países da América Latina a se inserirem no processo de globalização, defendendo a proposta do regionalismo liberal, e postulava que a integração regional deveria ser complementar à abertura multilateral. Defendia-se, ainda, que a retomada do crescimento econômico aconteceria com a abertura do bloco à economia internacional, para aumentar a competitividade.

Entretanto, a partir da ascensão ao poder de governos de esquerda ou neodesenvolvimentistas na região, no final da década de 1990 e começo dos anos 2000, as propostas de integração regional passaram por mudanças. Acreditava-se na possibilidade de haver coordenação regional na inserção internacional das nações latino-americanas e nos seus planos de desenvolvimento. Em suma, o regionalismo latino-americano dos anos 2000 possui um lado econômico essencialmente comercial, mas também preocupações políticas e sociais (TEIXEIRA; NETO, 2012).

Essa nova fase do processo de integração da América Latina, conhecido por regionalismo pós-liberal e superando o modelo de regionalismo aberto dos anos 1990, afigura-se um movimento de ordenação com mais autonomia. Contudo, algumas diferenças entre os seus Estados, marcadas por tendências nacionalistas, não foram superadas até então. Estas diferenças somadas aos aspectos geográficos da região, rodeada pelos oceanos Atlântico e Pacífico, têm gerado sua divisão no eixo do Pacífico e no eixo do Atlântico (ROMERO, 2014, p. 89-90). Composto por México, Colômbia, Peru e Chile, o eixo do Pacífico é representado neste trabalho pela Aliança do Pacífico, que será tratada a seguir.

#### **4. ALIANÇA DO PACÍFICO: UM NOVO BLOCO NA AMÉRICA LATINA**

Em outubro de 2010, o presidente peruano Alan Garcia propôs aos seus vizinhos latino-americanos o estabelecimento de um bloco econômico que garantisse a livre circulação de bens, serviços, capitais e pessoas entre seus membros. A proposta de iniciar um processo de integração profunda foi prontamente abraçada pelo presidente chileno Sebastian Piñeyra, que convocou os presidentes da Colômbia, do México e do Peru para estreitarem seus laços comerciais e, então, pôr o projeto em execução, sendo esse o primeiro passo para a criação do que viria a ser a Aliança do Pacífico (OLIVEIRA; AZEVEDO, 2015).

Na sessão seguinte, discorrer-se-á sobre o surgimento da Aliança do Pacífico e seu processo de integração, assim como as evoluções e conquistas logradas até então.

##### **4.1 O SURGIMENTO DA ALIANÇA DO PACÍFICO**

Criada em 28 de abril de 2011, pela Declaração Presidencial de Lima, e formalizada no Chile em 6 junho de 2012, através do Acordo Marco, a Aliança do Pacífico nasce como uma área de integração regional entre a República da Colômbia, a República do Chile, os Estados Unidos Mexicanos e a República do Peru. No ato de oficialização do Acordo, a República do Panamá e a República da Costa Rica formaram parte do bloco na qualidade de Estados Observadores.

Cientes de que a cooperação econômica regional constitui um dos instrumentos essenciais no desenvolvimento econômico e social sustentável da América Latina, os signatários da Declaração Presidencial de Lima estabeleceram a Aliança do Pacífico com vistas à conformação de uma área de integração profunda, que busca avançar progressivamente em direção à livre circulação de bens, serviços, capitais e pessoas. Um objetivo maior é diversificar a pauta comercial e aumentar a competitividade de suas economias.

Vigente desde 20 de julho de 2015, o Acordo Marco prevê a promoção do regionalismo aberto, a partir do fortalecimento de espaços de concertação e convergência no subcontinente, da inserção de seus membros no mundo globalizado e em outras iniciativas de integração regional. Contempla, ainda, um fortalecimento

do papel do bloco como mecanismo de diálogo político e de projeção, em direção principalmente à região Ásia Pacífico.

Ademais, o Acordo admite como requisitos essenciais à participação no bloco a vigência do Estado de Direito, da Democracia e respectivas ordens institucionais, a separação dos Poderes do Estado e a promoção da proteção, do respeito e da garantia dos direitos humanos e das liberdades fundamentais.

Em suma, nos termos do Acordo Marco (2012), a Aliança do Pacífico tem três objetivos principais:

1. Construir, de maneira participativa e consensual, uma área de integração profunda para avançar progressivamente em direção à livre circulação de bens, serviços, capitais e pessoas;
2. Impulsionar um maior crescimento, desenvolvimento e competitividade das economias dos países membros, com vistas a lograr um maior bem-estar, a superação da desigualdade socioeconômica e a inclusão social de seus habitantes; e
3. Converter-se em uma plataforma de articulação política, de integração econômica e comercial, e de proteção ao mundo, com especial ênfase à Ásia Pacífico.

Segundo o *Abecé Alianza del Pacífico* (2017), documento disponível no site oficial da Aliança do Pacífico,

*la agenda de la Alianza del Pacífico busca trascender el ámbito comercial con el objetivo de fortalecer la acción conjunta y coordinada entre las agencias de promoción, así como la cooperación destinada a impulsar el fortalecimiento de la competitividad e innovación de las PYMES. De igual manera, busca impulsar la investigación en materia de cambio climático así como facilitar la movilidad estudiantil y académica, el tránsito migratorio, entre otros.*

Ainda de acordo com o Acordo Marco (2012), concretamente, para atingir estes objetivos, os países se propuseram a:

1. Liberalizar o intercâmbio comercial de bens e serviços, com vistas a consolidar uma zona de livre-comércio entre os membros;
2. Avançar em direção à livre circulação de capitais e à promoção dos investimentos entre os membros;
3. Desenvolver ações de facilitação do comércio e assuntos aduaneiros;
4. Promover a cooperação entre as autoridades migratórias e consulares e facilitar a circulação de pessoas e o trânsito migratório no território dos países membros;

5. Coordenar a prevenção e contenção da criminalidade organizada transnacional para fortalecer as instâncias de segurança pública e de procuração de justiça dos membros; e
6. Contribuir para a integração dos países membros mediante o desenvolvimento de mecanismos de cooperação e impulsionar a Plataforma de Cooperação do Pacífico, assinada em dezembro de 2011, em áreas então definidas.

Institucionalmente, é estabelecido um Conselho de Ministros, composto pelos Ministros de Relações Exteriores e dos Ministros responsáveis pelo Comércio Exterior de cada país membro. Entre outros, seus objetivos são decidir em prol do desenvolvimento dos objetivos e ações previstos no Acordo Marco e nas Declarações Presidenciais, zelar pelo cumprimento e a correta aplicação de suas decisões, aprovar os programas de atividades (com datas, locais e agendas das reuniões), definir alinhamentos políticos e a relação da Aliança com terceiros, assim como estabelecer grupos de trabalho de acordo com os objetivos do bloco.

Estão previstas no Acordo Marco reuniões anuais do Conselho de Ministros, podendo convocar-se reuniões extraordinárias a pedido de algum membro. As decisões tomadas pelo órgão se dão por consenso e, junto com acordos adotados neste âmbito, formam parte integrante do ordenamento jurídico da Aliança do Pacífico. Cabe, ainda, ao Conselho aprovar por unanimidade a admissão de novos Estados Observadores.

A adesão de novos Estados membros está sujeita, também, à aprovação por unanimidade do Conselho de Ministros, desde que o Estado solicitante tenha vigente um acordo de livre comércio com cada membro. Se aprovada, o Acordo Marco entra em vigor para o novo membro depois de sessenta dias a partir da data de depósito do instrumento de adesão. O Acordo Marco foi instituído com uma vigência indefinida e pode ser denunciado por qualquer membro mediante notificação, surtindo efeito num prazo de seis meses.

Como forma de avaliar os avanços da iniciativa, consolidar novos acordos e executar atividades complementares, os países membros realizam anualmente Cúpulas Presidenciais. Até a presente data, ocorreram no âmbito da Aliança do Pacífico onze Cúpulas Presidenciais e, portanto, foram produzidas onze Declarações Presidenciais. A última Cúpula ocorreu em 1º de julho de 2016, em Puerto Varas (Chile), resultando na assim denominada Declaração de Puerto Varas.

Nessa ocasião, entrou em vigor o Protocolo Adicional ao Acordo Marco, que estabeleceu a zona de livre comércio da Aliança meses antes, em 1º de maio de 2016, representando um grande êxito para o objetivo de promover a livre mobilidade de bens, serviços, capitais e pessoas, proposto no bloco. O Protocolo Adicional determina que 92% dos produtos que se comercializam entre os quatro países do bloco estejam livres de tarifas; os demais produtos terão suas tarifas eliminadas em períodos de três e sete anos, exceto uma pequena porcentagem de produtos altamente sensíveis, que estarão sujeitos à dedução por um período de até dezessete anos. Contudo, açúcar e produtos relacionados foram excluídos do tratamento preferencial.

Ademais, o Protocolo trata ainda de temas como: regras de origem, obstáculos técnicos ao comércio, medidas sanitárias e fitossanitárias, facilitação de comércio e cooperação aduaneira, comércio transfronteiriço de serviços e fluxos de investimentos, comércio eletrônico, telecomunicações, serviços financeiros, serviços marítimos, solução de controvérsias e contratação pública.

Com relação às Declarações Presidenciais, destacam-se na sequência os seus principais pontos, de acordo com o documento oficial de cada uma:

1. *Declaração de Lima, em 28 de abril de 2011*

- (a) Estabelece a Aliança do Pacífico para a conformação de uma área de integração profunda no Arco do Pacífico Latino-americano;
- (b) Determina brevemente os objetivos macros e as etapas almeçadas;
- (c) Instrui os Ministros de Relações Exteriores a elaborarem um projeto de Acordo Marco para o bloco;
- (d) Reconhece do Panamá como Estado Observador nas futuras negociações.

2. *Declaração de Mérida, em 4 de dezembro de 2011*

- (a) Reconhece os avanços significativos nos trabalhos dos Grupos Técnicos e nas negociações do projeto do Acordo Marco entre os países;
- (b) Instrui o início das negociações sobre o tratamento tarifário em 2012 para implementação a partir de 2013;

(c) Determina que se intensifique o diálogo político e a concertação sobre os princípios, valores e convicções democráticas que unem os países membros.

3. *Declaração de Paranal, em 6 de junho de 2012*

(a) Destaca a conclusão das negociações sobre Comércio Eletrônico, permitindo aos países membros desenvolver o comércio através do uso de tecnologias de informação e comunicações;

(b) Instrui que se constitua um Grupo Técnico de Assuntos Institucionais para que negocie, entre outros temas, um regime de solução de controvérsias;

(c) Determina que se implemente a plataforma de mobilidade estudantil e acadêmica nos territórios dos países da Aliança.

4. *Declaração de Cádiz, em 17 de novembro de 2012*

(a) Introduce como Estados Observadores Austrália, Canadá, Espanha, Nova Zelândia e Uruguai, e ratifica a candidatura de Panamá e Costa Rica a membros plenos;

(b) Manifesta a importância da implementação progressiva da certificação de origem eletrônica, da interoperabilidade do Sistema Único de Comércio Exterior e da cooperação aduaneira;

(c) Expressa satisfação pelos avanços com relação às agências de promoção – abertura de oficinas compartilhadas, desenvolvimento de atividades conjuntas de promoção de investimentos e programação da Macro Rodada de Negócios da Aliança do Pacífico, na Colômbia, em junho de 2013.

5. *Declaração de Santiago, em 27 de janeiro de 2013*

(a) Ratifica os acordos adotados na reunião do Grupo de Alto Nível, realizada em Cali, na Colômbia, em dezembro de 2012, que ressaltou a conclusão da negociação sobre liberalização tarifária até março de 2013 e das demais matérias até o fim do primeiro semestre de 2013;

(b) Aceita as solicitações de Japão e Guatemala como Estados Observadores.

6. *Declaração de Cali, em 23 de maio de 2013*

- (a) Admite, como novos Estados Observadores, Equador, El Salvador, França, Honduras, Paraguai, Portugal e República Dominicana;
- (b) Celebra a assinatura do Acordo para o estabelecimento do Fundo de Cooperação da Aliança do Pacífico;
- (c) Destaca a consolidação da Rede de Investigação Científica em matéria de Mudanças Climáticas e do trabalho feito anteriormente pelo Grupo Técnico de Cooperação;
- (d) Constata o importante avanço alcançado através da supressão de vistos para deslocamento dos cidadãos entre os países membros.

7. *Declaração de Cartagena, em 10 de fevereiro de 2014*

- (a) Institui o Protocolo Adicional ao Acordo Marco, como o instrumento central à liberalização de bens, serviços e investimentos;
- (b) Reconhece Alemanha, China, Coreia do Sul, Estados Unidos, Itália, Países Baixos, Reino Unido, Suíça, Turquia, Finlândia, Índia, Israel, Marrocos e Singapura como Estados Observadores.

8. *Declaração de Punta Mita, em 20 de junho de 2014*

- (a) Incorpora Bélgica e Trinidad e Tobago como Estados Observadores;
- (b) Reconhece o apoio e a assistência técnica e financeira do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) ao processo de integração, nas diferentes dimensões de trabalho;
- (c) Celebra o início dos trabalhos com a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômicos (OCDE), em torno da formulação e execução de políticas que impulsionem a competitividade e a internacionalização de Pequenas e Médias Empresas, envolvendo a promoção de suas exportações e a incorporação às cadeias globais de valor.

9. *Declaração sobre Mudanças Climáticas (Vigésima Conferência da Convenção Marco das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas e Décima Conferência do Protocolo de Kyoto – COP 20 e CMP 10), em 10 de dezembro de 2014*

- (a) Compromete-se a favorecer o uso sustentável de recursos naturais;
- (b) Decide pela continuação dos trabalhos no âmbito da Aliança com iniciativas que contribuam para a mitigação dos impactos ambientais e para a adaptação às mudanças climáticas, mirando o desenvolvimento sustentável.

10. *Declaração de Paracas, em 3 de julho de 2015*

- (a) Admite Áustria, Dinamarca, Geórgia, Grécia, Haiti, Hungria, Indonésia, Polônia, Suécia e Tailândia como Estados Observadores da Aliança do Pacífico;
- (b) Reconhece a assinatura do Primeiro Protocolo Modificatório do Protocolo Adicional ao Acordo Marco, que inclui um capítulo de Melhora Regulatória, um anexo ao capítulo de Obstáculos Técnicos ao Comércio em matéria de cosméticos e modificações e novas disposições nos capítulos de Telecomunicações e Comércio Eletrônico.

11. *Declaração de Puerto Varas, em 1º de julho de 2016*

- (a) Reconhece a vigência do Acordo Marco e do Protocolo Adicional;
- (b) Incorpora Argentina, Egito, Eslováquia, Noruega, República Tcheca, Romênia e Ucrânia como Estados Observadores;
- (c) Declara grande interesse em continuar avançando na relação com a região da Ásia Pacífico, destacando os progressos alcançados com a Associação de Nações do Sudeste Asiático (ANSEA) na identificação de áreas de interesse comum e objetivando estabelecer um marco de cooperação.
- (d) Reconhece os avanços obtidos no encontro de Alto Nível, celebrado entre os países do MERCOSUL e a Aliança do Pacífico, em maio de 2016, que servirão como ponto de partida para promover a cooperação na integração regional; ambos os blocos decidiram por desenvolver temas de interesse comum, como facilitação do comércio, cooperação aduaneira, promoção comercial e apoio às pequenas e médias empresas, entre outros;



- (e) Declara apreço ao apoio e à cooperação do BID, do Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF), da CEPAL e da OCDE.
- (f) Instrui a realização de diversas atividades sobre Relacionamento Externo, Meio Ambiente e Crescimento Verde, Trabalho, Mobilidade de Pessoas e Facilitação do Trânsito Migratório, Cooperação, Serviços e Capitais, Proteção ao Consumidor, Cooperação Regulatória e Obstáculos Técnicos ao Comércio, Facilitação do Comércio e Cooperação Aduaneira, Gênero, Pequenas e Médias Empresas, Compras Públicas, Turismo, Educação, Inovação, Propriedade Intelectual, Cultura, Mineração, Agências de Promoção e Saúde.

De acordo com o *Abecé Alianza del Pacífico* (2017), dentre os principais êxitos configurados pelo bloco, ademais do Protocolo Adicional ao Acordo Marco, que estabelece a área de livre comércio, estão o Mercado Integrado Latino-Americano (MILA) e a Plataforma de Mobilidade Acadêmica e Estudantil da Aliança do Pacífico. Em 30 de maio de 2011, cria-se o MILA para integrar os mercados financeiros dos países membros, visando facilitar e aumentar investimentos estrangeiros, principalmente provenientes de países voltados ao Pacífico (PANAJOTTI, 2014). Já a Plataforma de Mobilidade Acadêmica e Estudantil busca fornecer bolsas aos estudantes dos países membros da Aliança que desejem estudar em algum destes países.

#### **4.2 BREVE CARACTERIZAÇÃO DO BLOCO EM TERMOS SOCIOECONÔMICOS**

Em termos comerciais, a Aliança do Pacífico conta com países de grande relevância da América Latina, destacando-se Chile e México. Se fosse um país, situar-se-ia como a oitava economia do mundo. Igualmente, somam aproximadamente 50% do comércio exterior da América Latina e representam 47% do total de fluxos de Investimento Externo Direto (IED) da América Latina e do Caribe (*Abecé Alianza del Pacífico*, 2017).

Dentre as características socioeconômicas comuns aos membros do bloco, Lima e Cracau (2016) apontam a manutenção de uma política comercial baseada na promoção do livre-comércio e profunda integração a mercados globais, além de que os quatro países aplicam baixas tarifas e poucas barreiras não-tarifárias. Abaixo,

apresentam-se indicadores socioeconômicos da Aliança do Pacífico de forma geral, de cada país membro do bloco, utilizando como base a região da América Latina e Caribe, segundo dados do Banco Mundial (2017). A tabela 1 apresenta dados sobre população.

**Tabela 1 – Aliança do Pacífico e total de América Latina e Caribe: população (2005-2015)**

Unidade territorial	2005		2010		2015	
	População	%	População	%	População	%
América Latina e Caribe	562.840.691	100	598.740.592	100	633.026.419	100
Aliança do Pacífico	196.740.519	34,95	210.924.335	35,23	224.570.739	35,48
- Chile	16.096.571	2,86	17.015.048	2,84	17.948.141	2,84
- Colômbia	43.285.636	7,69	45.918.101	7,67	48.228.704	7,62
- México	109.747.906	19,50	118.617.542	19,81	127.017.224	20,07
- Peru	27.610.406	4,91	29.373.644	4,91	31.376.670	4,96

Fonte: elaborado pelo autor com dados do Banco Mundial.

Segundo definição do Banco Mundial (2017), os dados acima tratam da população total, isto é, estão considerados todos os habitantes, independentemente do seu status legal ou cidadania. Os números mostrados são estimativas anuais.

No ano de 2005, os países da Aliança do Pacífico somavam mais de 196 milhões de habitantes, equivalente a aproximadamente 35% da população de toda a América Latina e o Caribe. Esta porcentagem pouco variou entre este período e o ano de 2015, porém, houve um crescimento de 70 milhões de habitantes na população de toda a região, significando um aumento substancial na população do bloco também.

Durante todo o período (2005-2015), México manteve-se como o país mais populoso do bloco – igualmente de maior território – seguido por Colômbia, Peru e por último, Chile.

A tabela 2 permite observar o comportamento do Produto Interno Bruto (PIB) nos anos de 2005, 2010 e 2016.

**Tabela 2 – Aliança do Pacífico e total de América Latina e Caribe: PIB (2005-2015)**

Unidade territorial	2005		2010		2015	
	PIB (US\$ - milhões)	%	PIB (US\$ - milhões)	%	PIB (US\$ - milhões)	%
América Latina e Caribe	2.846.922,3	100	5.333.795,1	100	5.349.283,7	100

Aliança do Pacífico	1.213.376,8	42,62	1.703.177,4	31,93	1.865.780,8	34,88
- Chile	124.404,1	4,37	217.538,2	4,08	240.796,3	4,5
- Colômbia	146.566,2	5,15	287.018,1	5,38	292.080,1	5,46
- México	866.345,8	30,43	1.051.128,6	19,71	1.143.793,1	21,38
- Peru	76.060,6	2,67	147.492,3	2,77	189.111,1	3,54

Fonte: elaborado pelo autor com dados do Banco Mundial.

Os dados acima consideram o Produto Interno Bruto dos países convertido em dólares americanos a preços correntes do dólar no ano. Trata-se da soma dos valores brutos adicionados por toda a população economicamente ativa de um país, somados a taxas de produtos e subtraídos de subsídios não incluídos no valor dos produtos.

No ano de 2005, o bloco gerou um PIB de aproximadamente 43% do PIB total da região. Este número diminuiu mais de 10% no ano de 2010, mesmo que o PIB de todos os países do bloco tenha aumentado durante o período 2005-2010.

Em 2015, a parcela aumentou em torno de 3%, quando os países da Aliança do Pacífico passaram a compor, juntos, um PIB de quase 1.865.781 milhões de dólares americanos. Neste ano, registrou-se um crescimento de 2,6% do PIB real do bloco, que foi maior que a média regional de -0,1% no mesmo ano (LIMA; CRACAU, 2016).

Na tabela 3, fala-se de PIB por habitante. Observa-se que, em 2015, América Latina e Caribe possuíam um PIB per capita de aproximadamente 8,5 mil dólares, contra 5 mil dólares no ano de 2005. Nota-se que no mesmo período Chile e Colômbia quase dobraram seu PIB per capita, enquanto que Peru mais que dobrou.

O Produto Interno Bruto per capita é calculado a partir do produto doméstico bruto convertido em dólares americanos a preços correntes, dividido pelo número de habitantes do país.

**Tabela 3 – Aliança do Pacífico e total de América Latina e Caribe: PIB per capita (2005-2015)**

Unidade territorial	2005	2010	2015
	PIB per capita (USD)	PIB per capita (USD)	PIB per capita (USD)
América Latina e Caribe	5.058,13	8.908,36	8.450,33
Aliança do Pacífico	5.440,84	8.229,61	8.626,13
- Chile	7.728,61	12.785,05	13.416,23
- Colômbia	3.386,03	6.250,65	6.056,15

- México	7.893,96	8.861,49	9.005,02
- Peru	2.754,78	5.021,25	6.027,13

Fonte: elaborado pelo autor com dados do Banco Mundial.

De forma geral, a taxa de desemprego (Tabela 4) dos países membros da Aliança do Pacífico é menor que a taxa média regional, excetuando-se Colômbia, que apresenta taxas maiores nos três anos levantados. De acordo com definições do Banco Mundial, a taxa de desemprego se refere à parcela da população economicamente ativa desempregada, mas possibilitada de trabalhar e procurando por um emprego.

**Tabela 4 – Aliança do Pacífico e total de América Latina e Caribe: Taxa de desemprego (2005-2015)**

Unidade territorial	2005	2010	2015
	% de desemprego	% de desemprego	% de desemprego
América Latina e Caribe	8,55	7,08	6,25
- Chile	6,94	7,12	5,78
- Colômbia	11,60	11,82	8,29
- México	3,51	5,35	4,34
- Peru	8,31	7,90	6,44

Fonte: elaborado pelo autor com dados do Banco Mundial.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é uma medida que avalia progresso e três dimensões básicas do desenvolvimento humano: renda, educação e saúde. A primeira perspectiva é mensurada pelo Produto Doméstico Bruto (PDB) per capita, enquanto que a segunda diz respeito aos anos de educação entre a população adulta e anos de escolaridade esperado das crianças. Por sua vez, a última perspectiva é medida pela expectativa de vida.

Considerado pior quanto mais perto de 0 e melhor quanto mais perto de 1, o IDH médio da Aliança do Pacífico situou-se entre 0,7 e 0,8 durante o período analisado, como mostra a tabela 5. Dentre os quatro países membros, Chile apresenta os melhores resultados, enquanto que Colômbia, os piores.

**Tabela 5 – Aliança do Pacífico e total de América Latina e Caribe: IDH (2005-2015)**

Unidade territorial	2005	2010	2015
	IDH	IDH	IDH
Aliança do Pacífico	0,720	0,746	0,769
- Chile	0,796	0,820	0,847
- Colômbia	0,669	0,700	0,727
- México	0,723	0,745	0,762
- Peru	0,693	0,721	0,740

Fonte: elaborado pelo autor com dados do UNDP – Human Development Reports.

De acordo com Lima e Cracau (2016), o que diferencia a Aliança do Pacífico de outros esforços de integração regional, e caracterizando a iniciativa como integração profunda, é seu objetivo de servir como uma plataforma econômica e comercial para integrar a América Latina e a região Ásia-Pacífico, além de apenas promover puramente comércio e investimentos entre seus membros. Neste sentido, como já mostrado, Foxley e Meller (2014) afirmam que o bloco anseia incorporar temas que vão mais além da simples redução de tarifas, como serviços, logística, integração aduaneira, e potencializar tendências de integração produtiva.

*La AP es un acuerdo que va más allá de un tratado de libre comercio (TLC) tradicional, en cuanto a su cobertura temática y enfoque de negociación. Sus miembros ya han firmado decenas de tratados comerciales y aunque ahora son parte de esta nueva alianza sub-regional, mantienen total libertad en sus negociaciones comerciales con terceros países y profundizar [sic] sus políticas de inserción económica internacional (FOXLEY; MELLER, 2014, p. 28).*

A relação dos países membros da Aliança do Pacífico com a região Ásia Pacífico vem desde o Fórum de Cooperação Ásia-Pacífico (APEC), do qual Chile, México e Peru fazem parte. Além disso, os três países também fazem parte da Parceria Transpacífica (TPP), macro acordo regional que envolve atualmente 12 países do arco pacífico (ROMERO, 2014). Mais ainda, os quatro países membros do bloco compartilham, além da localização geográfica na bacia do Pacífico,

*democracias estables con prudentes manejos macroeconómicos, ambientes de negocios favorables y compromisos con el comercio y la integración de probada trayectoria, todo lo cual configura un escenario proclive para transitar hacia una integración económica más profunda entre sus miembros (FOXLEY; MELLER, 2014, p. 29).*

No capítulo seguinte, tratar-se-á das relações comerciais recentes destes países intrabloco, em âmbito regional e global.

## 5. RELAÇÕES COMERCIAIS DOS PAÍSES MEMBROS DA ALIANÇA DO PACÍFICO

Neste capítulo, far-se-á um apanhado geral acerca das relações comerciais internacionais dos membros da Aliança do Pacífico, a partir de dados coletados na plataforma online *UN COMTRADE*. São considerados dados de importação e exportação, levando em conta quantidades, nível de participação de países parceiros, principais produtos e outras análises necessárias para delinear as relações comerciais supracitadas.

### 5.1 CHILE

#### 5.1.1 Importações

Segundo dados coletados no site oficial do *UN COMTRADE* (2017), a participação da Aliança do Pacífico nas importações do Chile vem diminuindo desde 2011, representando apenas 6,44% do total importado no ano de 2016. No entanto, o montante total de importações deste país também diminuiu no período analisado, passando de 74.693,5 milhões de dólares para 58.804,1 milhões, conforme mostra a Tabela 6:

**Tabela 6 – Chile: importações mundiais e dos parceiros da Aliança do Pacífico de 2011 a 2016 (US\$ milhões)**

		2011	2012	2013	2014	2015	2016
	<b>Mundo (%)</b>	74.693,5 (100)	80.066,7 (100)	79.172,7 (100)	72.344,3 (100)	63.037,5 (100)	58.804,1 (100)
<b>AP</b>	Colômbia (%)	2.218,7 (2,97)	2.184,7 (2,73)	1.721 (2,17)	1.130,9 (1,56)	865,8 (1,37)	797,2 (1,36)
	México (%)	2.521,6 (3,38)	2.607,5 (3,26)	2.538,3 (3,21)	2.446,9 (3,38)	2.161,2 (3,43)	1.994,4 (3,39)
	Peru (%)	2.049,7 (2,74)	2.072,2 (2,59)	1.757,1 (2,22)	1.541,3 (2,13)	1.099,9 (1,74)	993,5 (1,69)
	Total (%)	6.790,1 (9,09)	6.864,5 (8,57)	6.016,5 (7,60)	5.119,2 (7,08)	4.127,1 (6,55)	3.785,2 (6,44)

Fonte: elaborado pelo autor com dados do UN COMTRADE.

De forma geral, entre os anos de 2011 e 2016, as importações provenientes do México estiveram em maior quantidade dentre os países do bloco, seguidas por Colômbia e Peru, respectivamente.

Na tabela a seguir (Tabela 7) estão dados dos principais parceiros nas importações do Chile, por ano, e o seus respectivos montantes.

**Tabela 7 – Chile: principais países de origem das importações entre 2011 e 2016 (US\$ milhões)**

2011		2012		2013	
País	Valor	País	Valor	País	Valor
EUA	15.106,7	EUA	18.539,3	EUA	16.077,2
China	12.650,1	China	14.432	China	15.631,6
Brasil	6.224	Argentina	5.283,2	Brasil	5.109,1
Argentina	4.741,6	Brasil	5.185,9	Argentina	3.933,1
Areas NES*	3.679,2	Areas NES*	3.043,2	Alemanha	3.200,6
2014		2015		2016	
País	Valor	País	Valor	País	Valor
China	15.103,8	China	14.799,6	China	14.148,6
EUA	14.301	EUA	11.783,8	EUA	10.243,7
Brasil	5.673,7	Brasil	4.857,5	Brasil	4.730,4
Argentina	2.914	Argentina	2.516,6	Argentina	2.464,2
Areas NES*	2.625,7	Alemanha	2.367	Alemanha	2.255,9

\*Areas NES (not elsewhere specified). Grupo de países parceiros não detalhados pelo país analisado.

**Fonte: elaborado pelo autor com dados do UN COMTRADE.**

Durante o período analisado, Estados Unidos e China disputaram a posição de maior parceiro comercial nas importações do Chile, com montantes de mais de 10 trilhões de dólares em todos os anos. Brasil e Argentina estiveram presentes no ranking dos 5 maiores parceiros de importações em todos os anos também, caracterizando um forte comércio regional. Em seguida, os cinco principais produtos importados pelo Chile no mesmo período.

**Tabela 8 – Chile: principais produtos importados do mundo entre 2011 e 2016 (US\$ milhões)**

<b>Mundo</b>					
<b>2011</b>		<b>2012</b>		<b>2013</b>	
<b>Código</b>	<b>Valor</b>	<b>Código</b>	<b>Valor</b>	<b>Código</b>	<b>Valor</b>
27	17.952,13	27	17.854	27	16.901,2
84	9.845,1	84	10.451,4	84	10.449
87	9.150,3	87	9.537,7	87	9.826,4
85	6.146,3	85	6.819,4	85	7.590,1
39	2.236,1	88	2.659,7	39	2.487,1
Demais	29.363,4	Demais	32.744,3	Demais	31.918,7
Total	74.693,5	Total	80.066,7	Total	79.172,7
<b>2014</b>		<b>2015</b>		<b>2016</b>	
<b>Código</b>	<b>Valor</b>	<b>Código</b>	<b>Valor</b>	<b>Código</b>	<b>Valor</b>
27	15.328,2	27	8.926,6	27	7.594,5
84	8.729,4	84	8.437,9	85	7.391,9
87	7.962,5	87	7.166,7	84	7.345,9
85	6.869,6	85	6.920,2	87	7.025,4
39	2.434,5	39	2.342,5	39	2.136,9
Demais	31.019,8	Demais	29.243,4	Demais	27.309,3
Total	72.344,3	Total	63.037,5	Total	58.804,1

Fonte: elaborado pelo autor com dados do UN COMTRADE.

Legenda:

27 – Combustíveis minerais, óleos minerais e produtos da sua destilação; matérias betuminosas; ceras minerais.

39 – Plásticos e suas obras.

84 – Reatores nucleares, caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos, e suas partes.

85 – Máquinas, aparelhos e materiais elétricos, e suas partes; aparelhos de gravação ou de reprodução de som, aparelhos de gravação ou de reprodução de imagens e de som em televisão, e suas partes e acessórios.

87 – Veículos automóveis, tratores, ciclos e outros veículos terrestres, suas partes e acessórios.

88 – Aeronaves e aparelhos espaciais, e suas partes.

É possível notar que a pauta importadora do país sofreu alterações mínimas no período analisado, mantendo-se em primeiro lugar “27 - Combustíveis minerais, óleos minerais e produtos da sua destilação; matérias betuminosas; ceras minerais” em todos os anos.

Similarmente acontece com as importações do Chile provenientes dos países membros da Aliança do Pacífico. Os produtos pertencentes à NCM 27 disputam a



posição de maior montante importado com “Máquinas, aparelhos e materiais elétricos, e suas partes; aparelhos de gravação ou de reprodução de som, aparelhos de gravação ou de reprodução de imagens e de som em televisão, e suas partes e acessórios” e “Veículos automóveis, tratores, ciclos e outros veículos terrestres, suas partes e acessórios”, conforme mostra a tabela a seguir (Tabela 9).

**Tabela 9 – Chile: principais produtos importados da Aliança do Pacífico entre 2011 e 2016 (US\$ milhões)**

<b>Colômbia, México e Peru</b>					
<b>2011</b>		<b>2012</b>		<b>2013</b>	
<b>Código</b>	<b>Valor</b>	<b>Código</b>	<b>Valor</b>	<b>Código</b>	<b>Valor</b>
27	2.040	27	2.126,5	27	1.457,6
26	1.068,3	26	805,5	85	790
85	749,4	85	771,1	26	711,2
87	684,1	87	581,9	87	572,3
84	236	84	276,9	84	259,6
Demais	2.012	Demais	2.302,5	Demais	2.225,5
Total	6.790,1	Total	6.864,5	Total	6.016,5
<b>2014</b>		<b>2015</b>		<b>2016</b>	
<b>Código</b>	<b>Valor</b>	<b>Código</b>	<b>Valor</b>	<b>Código</b>	<b>Valor</b>
27	782,8	85	600,5	85	610,5
85	756,7	87	466,5	87	435,7
26	682	27	365,2	27	354,8
87	412,3	26	296,6	26	316,1
84	254,3	84	271,5	84	253,8
Demais	2.230,9	Demais	2.126,5	Demais	1.814,1
Total	5.119,2	Total	4.127,1	Total	3.785,2

Fonte: elaborado pelo autor com dados do UN COMTRADE.

Legenda:

26 – Minérios, escórias e cinzas

27 – Combustíveis minerais, óleos minerais e produtos da sua destilação; matérias betuminosas; ceras minerais.

39 – Plásticos e suas obras.

84 – Reatores nucleares, caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos, e suas partes.

85 – Máquinas, aparelhos e materiais elétricos, e suas partes; aparelhos de gravação ou de reprodução de som, aparelhos de gravação ou de reprodução de imagens e de som em televisão, e suas partes e acessórios.

87 – Veículos automóveis, tratores, ciclos e outros veículos terrestres, suas partes e acessórios.

88 – Aeronaves e aparelhos espaciais, e suas partes.

A partir da análise dos dados anteriormente postos, pode-se notar que a pauta importadora do Chile, tanto de forma geral quanto com relação a seus parceiros do bloco, é composta em sua maioria por produtos manufaturados e industriais.

### 5.1.2 Exportações

Igualmente às importações, o montante de exportações do Chile decresceu entre os anos 2011, calculado em mais de 81 trilhões de dólares americanos, e 2016, atingindo apenas 59 trilhões. Contudo, o percentual de participação das exportações para os países da Aliança do Pacífico se manteve praticamente o mesmo, sofrendo poucas alterações no decorrer do período em questão, de acordo com a Tabela 10:

**Tabela 10 – Chile: exportações mundiais e para os parceiros da Aliança do Pacífico de 2011 a 2016 (US\$ milhões)**

		2011	2012	2013	2014	2015	2016
<b>Mundo (%)</b>		81.437,5 (100)	77.965,3 (100)	76.684,1 (100)	76.639,2 (100)	63.360 (100)	59.884,4 (100)
<b>AP</b>	Colômbia (%)	899,1 (1,10)	911,8 (1,17)	867,1 (1,13)	905,3 (1,18)	786,6 (1,24)	740,9 (1,24)
	México (%)	1.819,2 (2,23)	1.344,1 (1,72)	1.314,5 (1,71)	1.308,9 (1,71)	1.344 (2,12)	1.205,9 (2,01)
	Peru (%)	1.992,7 (2,45)	1.812,3 (2,32)	1.907,7 (2,49)	1.852,7 (2,42)	1.635,7 (2,58)	1.512,5 (2,53)
	Total (%)	4.711 (5,78)	4.068,4 (5,22)	4.089,3 (5,33)	4.067,1 (5,31)	3.766,4 (5,94)	3.459,3 (5,78)

Fonte: elaborado pelo autor com dados do UN COMTRADE.

No que tange às operações de exportação, o maior parceiro comercial dentre os membros do bloco foi o Peru, destino de em média 2,4% de todo o montante exportado pelo Chile em cada ano. A seguir, dados dos cinco principais destinos das exportações chilenas no período analisado (Tabela 11):

**Tabela 11 – Chile: principais países de destino das exportações entre 2011 e 2016 (US\$ milhões)**

2011		2012		2013	
País	Valor	País	Valor	País	Valor
China	18.628,6	China	18.097,5	China	19.089,5

Japão	9.113	EUA	9.603,7	EUA	9.786,7
EUA	9.027,1	Japão	8.334,8	Japão	7.576,5
Brasil	4.494,9	Coreia do Sul	4.527	Brasil	4.427,2
Coreia do Sul	4.444,3	Brasil	4.311,6	Coreia do Sul	4.207,3
<b>2014</b>		<b>2015</b>		<b>2016</b>	
<b>País</b>	<b>Valor</b>	<b>País</b>	<b>Valor</b>	<b>País</b>	<b>Valor</b>
China	18.827,6	China	16.671,3	China	17.067,8
EUA	9.327,7	EUA	8.262,1	EUA	8.443
Japão	7.673,7	Japão	5.458,3	Japão	5.156,4
Coreia do Sul	4.771,9	Coreia do Sul	4.131,7	Coreia do Sul	4.113
Brasil	4.122,6	Brasil	3.109,5	Brasil	2.964,2

Fonte: elaborado pelo autor com dados do UN COMTRADE.

Os dados mostram uma notável participação da China nas exportações do Chile de 2011 a 2016, ocupando o primeiro lugar como parceiro comercial e superando o segundo colocado em aproximadamente 9 trilhões de dólares em cada ano. Importante destacar, também, um direcionamento das exportações chilenas à região da Ásia-Pacífico, visto que dos cinco principais destinos listados, três encontram-se nesta região.

Na Tabela 12, observa-se os principais produtos exportados pelo Chile para o mundo no mesmo período.

**Tabela 12 – Chile: principais produtos exportados para o mundo entre 2011 e 2016 (US\$ milhões)**

<b>Mundo</b>					
<b>2011</b>		<b>2012</b>		<b>2013</b>	
<b>Código</b>	<b>Valor</b>	<b>Código</b>	<b>Valor</b>	<b>Código</b>	<b>Valor</b>
74	30.480,9	74	26.433	74	23.453,2
26	18.062,7	26	18.922,8	26	19.707,4
08	4.818,1	08	4.878,4	08	5.461,5
03	3.565,2	03	3.469,5	03	4.111
47	2.792,4	47	2.531	47	2.806,2

Demais	21.717,9	Demais	21.730	Demais	21.144,5
Total	81.437,5	Total	77.965,3	Total	76.684,1
<b>2014</b>		<b>2015</b>		<b>2016</b>	
<b>Código</b>	<b>Valor</b>	<b>Código</b>	<b>Valor</b>	<b>Código</b>	<b>Valor</b>
74	22.077,9	74	17.255	74	15.061,8
26	19.756,8	26	15.900,2	26	14.530,4
08	5.765,7	08	5.379,5	08	5.879,9
03	4.954	03	4.004,9	03	4.424,9
47	2.891,7	47	2.575,5	47	2.390,5
Demais	21.192,9	Demais	18.244,7	Demais	17.596,6
Total	76.639,2	Total	63.360	Total	59.884,4

Fonte: elaborado pelo autor com dados do UN COMTRADE.

Legenda:

03 – Peixes e crustáceos, moluscos e outros invertebrados aquáticos.

08 – Fruta; cascas de citros (citros\*) e de melões.

26 – Minérios, escórias e cinzas.

47 – Pastas de madeira ou de outras matérias fibrosas celulósicas; papel ou cartão para reciclar (desperdícios e aparas).

74 – Cobre e suas obras.

A principal pauta exportadora do Chile para o mundo se manteve igual de 2011 a 2016, apenas decrescendo em seu montante. Em primeiro lugar encontra-se “74 – Cobre e suas obras” e em seguida “26 – Minérios, escórias e cinzas”, produtos notadamente primários. Abaixo, analisam-se os principais produtos exportados para os países da Aliança do Pacífico no mesmo período (Tabela 13).

Tabela 13 – Chile: principais produtos exportados para a Aliança do Pacífico entre 2011 e 2016 (US\$ milhões)

<b>Colômbia, México e Peru</b>					
<b>2011</b>		<b>2012</b>		<b>2013</b>	
<b>Código</b>	<b>Valor</b>	<b>Código</b>	<b>Valor</b>	<b>Código</b>	<b>Valor</b>
74	674,7	44	376,8	44	399,2
44	381,6	08	308	08	331
08	290,3	31	252,6	84	244,1
84	253,3	74	227,8	74	225,7
48	222,9	84	225,8	48	222,7
Demais	2.888	Demais	2.677,2	Demais	2.666,4

Total	4.711	Total	4.068,4	Total	4.089,3
<b>2014</b>		<b>2015</b>		<b>2016</b>	
<b>Código</b>	<b>Valor</b>	<b>Código</b>	<b>Valor</b>	<b>Código</b>	<b>Valor</b>
44	420,1	44	378,7	44	327,8
08	324,9	08	281,8	08	251,1
84	280	84	214,8	84	195,5
48	207,1	31	206,1	03	182,2
31	202,9	48	188,8	48	176,2
Demais	2.631,8	Demais	2.496,1	Demais	2.326,3
Total	4.067,1	Total	3.766,4	Total	3.459,3

Fonte: elaborado pelo autor com dados do UN COMTRADE.

Legenda:

03 – Peixes e crustáceos, moluscos e outros invertebrados aquáticos.

08 – Fruta; cascas de citros (citrosos\*) e de melões

31 – Adubos (fertilizantes).

44 – Madeira, carvão vegetal e obras de madeira.

48 – Papel e cartão; obras de pasta de celulose, de papel ou de cartão.

74 – Cobre e suas obras.

84 – Reatores nucleares, caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos, e suas partes.

Com relação aos produtos destinados à Colômbia, México e Peru, esses apresentaram-se mais diversificados do que os produtos mostrados na tabela anterior. Neste caso, “44 – Madeira, carvão vegetal e obras de madeira” ocupa o primeiro lugar em cinco dos seis anos analisados.

## 5.2 COLÔMBIA

### 5.2.1 Importações

Da mesma forma como acontece com Chile, as importações mundiais da Colômbia se contraíram entre 2011 e 2016, assim como as provenientes dos países da Aliança do Pacífico, que reduziram sua participação no montante total em quase 4% durante o período analisado, conforme mostra a Tabela 14:

**Tabela 14 – Colômbia: importações mundiais e dos parceiros da Aliança do Pacífico de 2011 a 2016 (US\$ milhões)**

		2011	2012	2013	2014	2015	2016
<b>Mundo (%)</b>		54.674,8 (100)	58.087,8 (100)	59.381,1 (100)	64.027,6 (100)	54.035,5 (100)	44.831,1 (100)
<b>AP</b>	Chile (%)	901,6 (1,65)	954,3 (1,64)	903,8 (1,52)	929,2 (1,45)	708,6 (1,31)	721 (1,61)
	México (%)	6.059 (11,08)	6.362,1 (10,95)	5.495,9 (9,26)	5.272,6 (8,23)	3.852,9 (7,13)	3.410,7 (7,61)
	Peru (%)	1.024,5 (1,87)	911,9 (1,57)	870,1 (1,47)	1.204,8 (1,88)	937,2 (1,73)	682,2 (1,52)
	Total (%)	7.985,1 (14,60)	8.228,5 (14,17)	7.269,9 (12,24)	7.406,6 (11,57)	5.498,8* (10,18)	4.814 (10,74)

\* Dado inconsistente com Tabela 17. Coletado exatamente como foi disponibilizado no *UN COMTRADE*.

Fonte: elaborado pelo autor com dados do *UN COMTRADE*.

Dentre os quatro países do bloco, o maior parceiro foi o México, mesmo que esse também tenha diminuído sua participação perante o total de importações realizadas no período. A seguir (Tabela 15), os principais países de origem das importações da Colômbia entre 2011 e 2016.

**Tabela 15 – Colômbia: principais países de origem das importações entre 2011 e 2016 (US\$ milhões)**

2011		2012		2013	
País	Valor	País	Valor	País	Valor
Estados Unidos	13.663,3	Estados Unidos	14.140,1	Estados Unidos	16.428,4
China	8.176,4	China	9.564,6	China	10.362,7
México	6.059	México	6.362,1	México	5.495,9
Brasil	2.740,2	Brasil	2.795,9	Brasil	2.590,4
Alemanha	2.215,1	Argentina	2.312,5	Alemanha	2.206,9
2014		2015		2016	
País	Valor	País	Valor	País	Valor
Estados Unidos	18.256,2	Estados Unidos	15.583,3	Estados Unidos	11.954,2
China	11.790,3	China	10.032,4	China	8.631,4
México	5.272,6	México	3.852,9	México	3.410,7

Alemanha	2.530,9	Alemanha	2.267,4	Brasil	2.117,3
Brasil	2.465,5	Brasil	2.084,3	Alemanha	1.707,6

Fonte: elaborado pelo autor com dados do UN COMTRADE.

O maior fluxo de importações realizadas pela Colômbia, de 2011 a 2016, foi proveniente dos Estados Unidos, porém, a China ocupou a segunda posição com grande montante também, seguida por México, em todos os anos analisados.

A partir da análise dos dados (Tabela 16), nota-se que a pauta de importação da Colômbia não se alterou muito no período, sendo liderada por “84 – Reatores nucleares, caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos, e suas partes” em todos os anos.

Tabela 16 – Colômbia: principais produtos importados do mundo entre 2011 e 2016 (US\$ milhões)

<b>Mundo</b>					
<b>2011</b>		<b>2012</b>		<b>2013</b>	
<b>Código</b>	<b>Valor</b>	<b>Código</b>	<b>Valor</b>	<b>Código</b>	<b>Valor</b>
84	7.437	84	8.140,7	84	7.918,2
87	6.527,8	87	6.455,2	27	6.388,8
85	4.992,9	27	5.661,8	85	5.989,5
27	3.854,2	85	5.454,9	87	5.403,2
88	2.993,1	39	2.315	39	2.425,8
Demais	28.869,6	Demais	30.059,9	Demais	31.255,4
Total	54.674,8	Total	58.087,8	Total	59.381,1
<b>2014</b>		<b>2015</b>		<b>2016</b>	
<b>Código</b>	<b>Valor</b>	<b>Código</b>	<b>Valor</b>	<b>Código</b>	<b>Valor</b>
84	8.210,8	84	6.924,6	84	5.262,2
27	7.561,2	85	5.588,3	85	4.571
85	6.630,9	27	5.133,4	27	3.834,9
87	6.192,7	87	4.220,1	87	3.773,4
39	2.699,2	88	2.569,1	39	2.112,9
Demais	32.732,5	Demais	29.599,7	Demais	25.276,4
Total	64.027,6	Total	54.035,5	Total	44.831,1

Fonte: elaborado pelo autor com dados do UN COMTRADE.

Legenda:

27 – Combustíveis minerais, óleos minerais e produtos da sua destilação; matérias betuminosas; ceras minerais.

39 – Plásticos e suas obras.

84 – Reatores nucleares, caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos, e suas partes.

85 – Máquinas, aparelhos e materiais elétricos, e suas partes; aparelhos de gravação ou de reprodução de som, aparelhos de gravação ou de reprodução de imagens e de som em televisão, e suas partes e acessórios.

87 – Veículos automóveis, tratores, ciclos e outros veículos terrestres, suas partes e acessórios.

88 – Aeronaves e aparelhos espaciais, e suas partes.

No caso da pauta importadora proveniente dos países do bloco, como mostra a Tabela 17, o principal produto importado foi “87 – Veículos automóveis, tratores, ciclos e outros veículos terrestres, suas partes e acessórios”, durante todo o período.

**Tabela 17 – Colômbia: principais produtos importados da Aliança do Pacífico entre 2011 e 2016 (US\$ milhões)**

<b>Chile, México e Peru</b>					
<b>2011</b>		<b>2012</b>		<b>2013</b>	
<b>Código</b>	<b>Valor</b>	<b>Código</b>	<b>Valor</b>	<b>Código</b>	<b>Valor</b>
87	1.868,6	87	1.808,3	87	1.161,5
85	1.233,3	85	1.164,2	85	1.037,7
84	502,2	27	1.022,5	27	635,2
27	471,7	84	495,7	84	520
39	462	39	441	72	516,1
Demais	3.447,1	Demais	3.296,5	Demais	3.399,1
Total	7.985,1	Total	8.228,5	Total	7.269,9
<b>2014</b>		<b>2015</b>		<b>2016</b>	
<b>Código</b>	<b>Valor</b>	<b>Código</b>	<b>Valor</b>	<b>Código</b>	<b>Valor</b>
87	1.543,9	87	868,9	87	781,8
85	1.108	85	714,9	85	671,7
84	573,3	84	511,6	84	381,9
39	507,5	39	369,5	39	270,3
27	396,1	27	309,4	74	223,7
Demais	3.277,5	Demais	2.796,2	Demais	2.484,2
Total	7.406,6	Total	5.570,8	Total	4.814

Fonte: elaborado pelo autor com dados do UN COMTRADE.

Legenda:

27 – Combustíveis minerais, óleos minerais e produtos da sua destilação; matérias betuminosas; ceras minerais.



39 – Plásticos e suas obras.

72 – Ferro fundido, ferro e aço.

84 – Reatores nucleares, caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos, e suas partes.

85 – Máquinas, aparelhos e materiais elétricos, e suas partes; aparelhos de gravação ou de reprodução de som, aparelhos de gravação ou de reprodução de imagens e de som em televisão, e suas partes e acessórios.

87 – Veículos automóveis, tratores, ciclos e outros veículos terrestres, suas partes e acessórios.

## 5.2.2 Exportações

Analisando os dados de exportações mundiais e para seus parceiros da Aliança do Pacífico, percebe-se que o montante exportado pela Colômbia diminuiu em quase 50% entre os anos de 2011 e 2016. Entretanto, a partir de 2015, a participação das exportações para o bloco aumentou, marcando 8,56% do total em 2016, conforme mostra a Tabela 18:

**Tabela 18 – Colômbia: exportações mundiais e para os parceiros da Aliança do Pacífico de 2011 a 2016 (US\$ milhões)**

		2011	2012	2013	2014	2015	2016
<b>Mundo</b>		56.953,5	60.273,6	58.821,8	54.794,8	35.690,7	31.044,9
<b>(%)</b>		(100)	(100)	(100)	(100)	(100)	(100)
<b>AP</b>	Chile	2.205	2.189,2	1.571,6	988,8	736,7	670
	(%)	(3,87)	(3,63)	(2,67)	(1,80)	(2,06)	(2,16)
	México	704,9	835,1	863,8	914,4	914,2	936,8
	(%)	(1,24)	(1,39)	(1,47)	(1,67)	(2,56)	(3,02)
Peru	1.396,8	1.582	1.273,9	1.186,6	1.148	1.050,7	
(%)	(2,45)	(2,62)	(2,17)	(2,17)	(3,22)	(3,38)	
Total	4.306,8	4.606,4	3.709,3	3.089,9	2.799	2.657,7	
(%)	(7,56)	(7,64)	(6,31)	(5,64)	(7,84)	(8,56)	

Fonte: elaborado pelo autor com dados do UN COMTRADE.

Pode-se notar, ainda, que, no primeiro ano analisado, Chile detinha o posto de maior parceiro comercial do bloco, no que tange às exportações da Colômbia para o mesmo. Porém, esta participação diminuiu ao longo dos anos e deu lugar para uma maior presença de México e Peru nestas operações. No ano de 2016, as exportações para o México representaram 3,02% do total e para o Peru 3,38%, enquanto que para o Chile, 2,16%.

Quanto aos principais países de destino das exportações no mesmo período, similarmente às importações, as exportações da Colômbia são incontestavelmente

destinadas aos Estados Unidos em sua maioria, representando mais da metade do total exportado. Nota-se que os dados são tanto quanto diversificados, figurando parceiros da América Latina e do Caribe, como também da Ásia e Europa, conforme Tabela 19.

**Tabela 19 – Colômbia: principais países de destino das exportações entre 2011 e 2016 (US\$ milhões)**

2011		2012		2013	
País	Valor	País	Valor	País	Valor
Estados Unidos	21.948,5	Estados Unidos	22.216,2	Estados Unidos	18.692,8
Países Baixos	2.524,1	China	3.343	China	5.102,1
Chile	2.205	Espanha	2.939,7	Panamá	3.219,2
China	1.989	Panamá	2.916	Índia	2.993
Panamá	1.956,8	Venezuela	2.555,9	Espanha	2.879
2014		2015		2016	
País	Valor	País	Valor	País	Valor
Estados Unidos	14.470,6	Estados Unidos	10.052,6	Estados Unidos	10.206,8
China	5.755,1	Panamá	2.394,1	Panamá	1.912,1
Panamá	3.615,4	China	2.263,7	Países Baixos	1.206,3
Espanha	3.263,4	Espanha	1.581	Equador	1.199
Índia	2.738,6	Países Baixos	1.489,7	Espanha	1.159,3

Fonte: elaborado pelo autor com dados do UN COMTRADE.

Como mostra a Tabela 20, em todos os anos analisados, o produto mais exportado foi “27 – Combustíveis minerais, óleos minerais e produtos da sua destilação; matérias betuminosas; ceras minerais”, representando aproximadamente a metade do total. Ao mesmo tempo, “71 – Pérolas naturais ou cultivadas, pedras preciosas ou semipreciosas e semelhantes, metais preciosos, metais folheados ou chapeados de metais preciosos (plaquê), e suas obras; bijuterias; moedas” e “09 –

Café, chá, mate e especiarias” também ocuparam os primeiros lugares durante o período.

**Tabela 20 – Colômbia: principais produtos exportados para o mundo entre 2011 e 2016 (US\$ milhões)**

<b>Mundo</b>					
<b>2011</b>		<b>2012</b>		<b>2013</b>	
<b>Código</b>	<b>Valor</b>	<b>Código</b>	<b>Valor</b>	<b>Código</b>	<b>Valor</b>
27	36.489,1	27	39.617,9	27	39.278,4
71	3.033,5	71	3.652,4	71	2.507,3
09	2.665,4	09	1.964,9	09	1.933,9
39	1.510,2	39	1.541	39	1.601,2
06	1.260	06	1.278,5	06	1.344,6
Demais	11.995,1	Demais	12.218,6	Demais	12.156,2
Total	56.953,5	Total	60.273,6	Total	58.821,8
<b>2014</b>		<b>2015</b>		<b>2016</b>	
<b>Código</b>	<b>Valor</b>	<b>Código</b>	<b>Valor</b>	<b>Código</b>	<b>Valor</b>
27	35.938,3	27	18.860,9	27	14.749
09	2.526,4	09	2.585,9	09	2.473,4
71	1.839	39	1.423,8	71	1.739,9
39	1.616,9	71	1.313	06	1.328,1
06	1.386,1	06	1.308,5	39	1.278,5
Demais	11.487,9	Demais	10.198,4	Demais	9.475,8
Total	54.794,8	Total	35.690,7	Total	31.044,9

Fonte: elaborado pelo autor com dados do UN COMTRADE.

Legenda:

06 – Plantas vivas e produtos de floricultura.

09 – Café, chá, mate e especiarias.

27 – Combustíveis minerais, óleos minerais e produtos da sua destilação; matérias betuminosas; ceras minerais.

39 – Plásticos e suas obras.

71 – Pérolas naturais ou cultivadas, pedras preciosas ou semipreciosas e semelhantes, metais preciosos, metais folheados ou chapeados de metais preciosos (plaquê), e suas obras; bijuterias; moedas.

O similar acontece com as exportações da Colômbia para a Aliança do Pacífico (Tabela 21). A NCM “27” também aparece em primeiro lugar como o produto mais exportado entre 2011 e 2016, seguida por “39 – Plásticos e suas obras”, “87 – Veículos

automóveis, tratores, ciclos e outros veículos terrestres, suas partes e acessórios” e “17 – Açúcares e produtos de confeitaria”, que disputaram o segundo lugar nestes anos.

**Tabela 21 – Colômbia: principais produtos exportados para a Aliança do Pacífico entre 2011 e 2016 (US\$ milhões)**

<b>Chile, México e Peru</b>					
<b>2011</b>		<b>2012</b>		<b>2013</b>	
<b>Código</b>	<b>Valor</b>	<b>Código</b>	<b>Valor</b>	<b>Código</b>	<b>Valor</b>
27	2.076,9	27	2.222,3	27	1.373
17	301,5	39	305,8	87	327,4
39	300	17	305	39	324,1
33	183,4	87	213,9	33	206,9
48	157,9	33	194,8	17	166,6
Demais	1.286,8	Demais	1.364,4	Demais	1.311,1
Total	4.306,8	Total	4.606,4	Total	3.709,3
<b>2014</b>		<b>2015</b>		<b>2016</b>	
<b>Código</b>	<b>Valor</b>	<b>Código</b>	<b>Valor</b>	<b>Código</b>	<b>Valor</b>
27	836,3	27	542,9	27	496
39	283	39	308,3	87	314,2
87	249,5	87	284,7	39	306,7
17	196,1	33	188,3	33	184,4
33	184,7	17	182,5	17	121,9
Demais	1.340,1	Demais	1.292,2	Demais	1.234,3
Total	3.089,9	Total	2.799	Total	2.657,7

Fonte: elaborado pelo autor com dados do UN COMTRADE.

17 – Açúcares e produtos de confeitaria

27 – Combustíveis minerais, óleos minerais e produtos da sua destilação; matérias betuminosas; ceras minerais.

33 – Óleos essenciais e resinoides; produtos de perfumaria ou de toucador preparados e preparações cosméticas.

39 – Plásticos e suas obras.

48 – Papel e cartão; obras de pasta de celulose, de papel ou de cartão

87 – Veículos automóveis, tratores, ciclos e outros veículos terrestres, suas partes e acessórios.

## 5.3 MÉXICO

### 5.3.1 Importações

Dentre os quatro países membros da Aliança do Pacífico, México possui o maior fluxo de importações e exportações. De acordo com a Tabela 22, abaixo, o montante importado pelo país aumentou de 2011 a 2014 e decresceu em menor escala até o ano de 2016.

**Tabela 22 – México: importações mundiais e dos parceiros da Aliança do Pacífico de 2011 a 2016 (US\$ milhões)**

		2011	2012	2013	2014	2015	2016
	<b>Mundo (%)</b>	350.842,8 (100)	370.751,4 (100)	381.210,1 (100)	399.976,8 (100)	395.232,2 (100)	387.064,3 (100)
<b>AP</b>	Chile (%)	2.101,3 (0,60)	1.502,6 (0,41)	1.438,4 (0,38)	1.397,6 (0,35)	1.480,4 (0,37)	1.335,4 (0,35)
	Colômbia (%)	824,5 (0,24)	877 (0,24)	911,7 (0,24)	934,4 (0,23)	922,5 (0,23)	1.097,8 (0,28)
	Peru (%)	582,3 (0,17)	439,9 (0,12)	585,3 (0,15)	1.106,2 (0,28)	681,3 (0,17)	556,3 (0,14)
	Total (%)	3.508,2 (1)	2.819,6 (0,76)	2.935,5 (0,77)	3.438,3 (0,86)	3.084,2 (0,78)	2.989,6 (0,77)

Fonte: elaborado pelo autor com dados do UN COMTRADE.

No que tange às importações provenientes dos países da Aliança do Pacífico, nota-se que essas possuem uma participação mínima no total importado pelo México, configurando menos de 1% desde 2012. Mesmo que pequena, o maior fluxo de importações se deu com o Chile, porém, de forma geral, esse também diminuiu desde o ano de 2011.

A seguir, na Tabela 23, apresentam-se os principais parceiros de importação do México o montante importado no mesmo período de análise:

**Tabela 23 – México: principais países de origem das importações entre 2011 e 2016 (US\$ milhões)**

2011		2012		2013	
País	Valor	País	Valor	País	Valor
EUA	174.878,4	EUA	185.683,8	EUA	187.758,4
China	52.247,9	China	56.936,1	China	61.321,3
Japão	16.493,4	Japão	17.655,2	Japão	17.076,1
Coreia do Sul	13.663,7	Alemanha	13.507,7	Coreia do Sul	13.492,9
Alemanha	12.862,6	Coreia do Sul	13.340,9	Alemanha	13.460,9
2014		2015		2016	
País	Valor	País	Valor	País	Valor
EUA	195.857,5	EUA	187.301,4	EUA	179.984,6
China	66.255,9	China	69.987,8	China	69.520,6
Japão	17.544,5	Japão	17.368,1	Japão	17.751,1
Coreia do Sul	13.771,5	Coreia do Sul	14.618,8	Alemanha	13.877,9
Alemanha	13.762,3	Alemanha	13.974,7	Coreia do Sul	13.612,2

Fonte: elaborado pelo autor com dados do UN COMTRADE.

Claramente nota-se a proeminência dos Estados Unidos como principal origem das importações mexicanas. Em segundo lugar, está a China, com um considerável montante também. De modo geral, a Ásia se faz bastante presente como uma das principais origens das importações do país, estando junto à China, Japão e Coreia do Sul.

A partir dos dados apresentados na Tabela 24, observa-se que a pauta de importação do México pouco se alterou de 2011 a 2016, estando em primeiro lugar como produto mais importado “85 – Máquinas, aparelhos e materiais elétricos, e suas partes; aparelhos de gravação ou de reprodução de som, aparelhos de gravação ou de reprodução de imagens e de som em televisão, e suas partes e acessórios” em todos os anos.

**Tabela 24 – México: principais produtos importados do mundo entre 2011 e 2016 (US\$ milhões)**

<b>Mundo</b>					
<b>2011</b>		<b>2012</b>		<b>2013</b>	
<b>Código</b>	<b>Valor</b>	<b>Código</b>	<b>Valor</b>	<b>Código</b>	<b>Valor</b>
85	75.851,8	85	77.607,6	85	83.696,6
84	53.836,2	84	60.758,3	84	62.449,9
27	35.020,9	27	33.342,5	87	33.393,7
87	28.571	87	32.426,9	27	32.909,4
39	18.486,4	71	19.835,8	39	20.809,7
Demais	139.076,2	Demais	146.780,1	Demais	147.950,5
Total	350.842,8	Total	370.751,4	Total	381.210,1
<b>2014</b>		<b>2015</b>		<b>2016</b>	
<b>Código</b>	<b>Valor</b>	<b>Código</b>	<b>Valor</b>	<b>Código</b>	<b>Valor</b>
85	85.125,8	85	85.409,7	85	84.242,9
84	65.571,1	84	67.682,9	84	67.082,2
87	35.735,1	87	37.265,3	87	37.242,8
27	33.228,7	27	26.455,4	27	25.087
39	22.316,4	39	22.306,4	39	22.144,2
Demais	157.999,4	Demais	156.112,3	Demais	151.265
Total	399.976,8	Total	395.232,2	Total	387.064,3

Fonte: elaborado pelo autor com dados do UN COMTRADE.

Legenda:

27 – Combustíveis minerais, óleos minerais e produtos da sua destilação; matérias betuminosas; ceras minerais.

39 – Plásticos e suas obras.

71 – Pérolas naturais ou cultivadas, pedras preciosas ou semipreciosas e semelhantes, metais preciosos, metais folheados ou chapeados de metais preciosos (plaquê), e suas obras; bijuterias; moedas.

84 – Reatores nucleares, caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos, e suas partes.

85 – Máquinas, aparelhos e materiais elétricos, e suas partes; aparelhos de gravação ou de reprodução de som, aparelhos de gravação ou de reprodução de imagens e de som em televisão, e suas partes e acessórios.

87 – Veículos automóveis, tratores, ciclos e outros veículos terrestres, suas partes e acessórios.

Já com relação aos produtos provenientes dos países membros da Aliança do Pacífico (Tabela 25), constata-se uma maior variação. Durante o período analisado, a pauta importadora foi composta principalmente de “74 – Cobre e suas obras”, “44 – Madeira, carvão vegetal e obras de madeira”, “27 – Combustíveis minerais, óleos minerais e produtos da sua destilação; matérias betuminosas; ceras minerais”, “39 –

Plásticos e suas obras”, “87 – Veículos automóveis, tratores, ciclos e outros veículos terrestres, suas partes e acessórios”.

**Tabela 25 – México: principais produtos importados da Aliança do Pacífico entre 2011 e 2016 (US\$ milhões)**

<b>Chile, Colômbia e Peru</b>					
<b>2011</b>		<b>2012</b>		<b>2013</b>	
<b>Código</b>	<b>Valor</b>	<b>Código</b>	<b>Valor</b>	<b>Código</b>	<b>Valor</b>
74	717,1	44	304,6	27	378
27	373,4	27	208,7	44	278,7
44	326,7	39	184,5	87	197,2
39	164,4	31	154,8	39	179,2
08	138,6	87	150,8	31	156,6
Demais	1.787,8	Demais	1.815,9	Demais	1.745,6
Total	3.508,2	Total	2.819,6	Total	2.935,5
<b>2014</b>		<b>2015</b>		<b>2016</b>	
<b>Código</b>	<b>Valor</b>	<b>Código</b>	<b>Valor</b>	<b>Código</b>	<b>Valor</b>
27	869	27	424,5	27	420,5
44	283,9	44	306,5	44	243,4
39	202,4	39	185,9	39	214,2
87	166,4	74	179,9	87	199,7
74	138,6	87	159	31	125,4
Demais	1.777,7	Demais	1.828,1	Demais	1.786,1
Total	3.438,3	Total	3.084,2	Total	2.989,6

**Fonte: elaborado pelo autor com dados do UN COMTRADE.**

Legenda:

08 – Fruta; cascas de citros (citrosos\*) e de melões.

27 – Combustíveis minerais, óleos minerais e produtos da sua destilação; matérias betuminosas; ceras minerais.

31 – Adubos (fertilizantes).

39 – Plásticos e suas obras.

44 – Madeira, carvão vegetal e obras de madeira.

74 – Cobre e suas obras.

87 – Veículos automóveis, tratores, ciclos e outros veículos terrestres, suas partes e acessórios.



### 5.3.2 Exportações

Mesmo que maior que as importações, as exportações mexicanas para a Aliança do Pacífico ainda representam um pequeno montante do total exportado pelo país. Desde 2011, esta parcela diminuiu em quase 1%, marcando apenas 1,66% do total em 2016. A Tabela 26 apresenta dados das exportações do México no período:

**Tabela 26 – México: exportações mundiais e para os parceiros da Aliança do Pacífico de 2011 a 2016 (US\$ milhões)**

		2011	2012	2013	2014	2015	2016
<b>Mundo (%)</b>		349.326,5 (100)	370.706,6 (100)	379.949,2 (100)	396.881,8 (100)	380.600,8 (100)	373.882,9 (100)
<b>AP</b>	Chile (%)	2.072 (0,59)	2.251,5 (0,61)	2.084,5 (0,55)	2.148 (0,54)	1.861,3 (0,49)	1.744,7 (0,47)
	Colômbia (%)	5.632,6 (1,61)	5.592,2 (1,51)	4.735 (1,25)	4.733,8 (1,19)	3.668 (0,96)	3.066,2 (0,82)
	Peru (%)	1.286,4 (0,37)	1.527,6 (0,41)	1.770 (0,47)	1.730,1 (0,44)	1.650,8 (0,43)	1.403,7 (0,38)
	Total (%)	8.991 (2,57)	9.371,4 (2,53)	8.589,6 (2,26)	8.612 (2,17)	7.180,2 (1,89)	6.214,7 (1,66)

Fonte: elaborado pelo autor com dados do UN COMTRADE.

Com relação aos principais destinos das exportações do México, abaixo a Tabela 27:

**Tabela 27 – México: principais países de destino das exportações entre 2011 e 2016 (US\$ milhões)**

2011		2012		2013	
País	Valor	País	Valor	País	Valor
Estados Unidos	274.720,1	Estados Unidos	288.176,3	Estados Unidos	299.486,7
Canadá	10.694,1	Canadá	10.927,2	Canadá	10.414,2
China	5.964,2	Espanha	7.075,1	Espanha	6.961,8
Colômbia	5.632,6	China	5.720,7	China	6.468,4
Espanha	4.904,7	Brasil	5.657,5	Brasil	5.382,9

2014		2015		2016	
País	Valor	País	Valor	País	Valor
Estados Unidos	318.681,1	Estados Unidos	309.213	Estados Unidos	302.941,6
Canadá	10.714,1	Canadá	10.544,6	Canadá	10.427
China	5.964,1	China	4.873,1	China	5.407,3
Espanha	5.787,4	Brasil	3.798,8	Alemanha	3.949,2
Brasil	4.739,6	Colômbia	3.668	Japão	3.770,9

Fonte: elaborado pelo autor com dados do UN COMTRADE.

Pode-se concluir que, semelhante ao caso das importações, os Estados Unidos são o principal destino das exportações mexicanas, liderando o fluxo com uma tremenda diferença para o segundo colocado, neste caso, o Canadá. Este fato deve-se ao acordo do qual os três países fazem parte, o Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (NAFTA), responsável por aumentar as relações de comércio entre eles.

Notar Tabela 28, abaixo:

**Tabela 28 – México: principais produtos exportados para o mundo entre 2011 e 2016 (US\$ milhões)**

Mundo					
2011		2012		2013	
Código	Valor	Código	Valor	Código	Valor
85	70.644,7	85	74.874,4	85	77.836,5
87	62.900,7	87	70.272,8	87	77.192,9
27	55.700,9	84	53.774,5	84	53.952,5
84	48.310,6	27	52.164,4	27	48.679,8
71	13.207	06	13.154,1	90	12.807,9
Demais	98.562,3	Demais	106.466,2	Demais	109.479,4
Total	349.326,5	Total	370.706,6	Total	379.949,2
2014		2015		2016	
Código	Valor	Código	Valor	Código	Valor
87	85.955,7	87	90.363,2	87	88.081,7
85	80.023,6	85	81.231,3	85	76.445,6

84	60.326,6	84	58.904,8	84	61.687,3
27	41.572,9	27	22.582	27	18.041,7
90	14.382,8	90	15.185,3	90	16.243,7
Demais	114.619,8	Demais	112.334	Demais	113.382,6
Total	396.881,8	Total	380.600,8	Total	373.882,9

Fonte: elaborado pelo autor com dados do UN COMTRADE.

Legenda:

06 – Plantas vivas e produtos de floricultura.

27 – Combustíveis minerais, óleos minerais e produtos da sua destilação; matérias betuminosas; ceras minerais.

71 – Pérolas naturais ou cultivadas, pedras preciosas ou semipreciosas e semelhantes, metais preciosos, metais folheados ou chapeados de metais preciosos (plaquê), e suas obras; bijuterias; moedas.

84 – Reatores nucleares, caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos, e suas partes.

85 – Máquinas, aparelhos e materiais elétricos, e suas partes; aparelhos de gravação ou de reprodução de som, aparelhos de gravação ou de reprodução de imagens e de som em televisão, e suas partes e acessórios.

87 – Veículos automóveis, tratores, ciclos e outros veículos terrestres, suas partes e acessórios.

90 – Instrumentos e aparelhos de óptica, de fotografia, de cinematografia, de medida, de controle ou de precisão; instrumentos e aparelhos médico-cirúrgicos; suas partes e acessórios.

Conforme a Tabela 28, a pauta exportadora do México para o mundo pouco se alterou no período em questão, e foi marcada principalmente por “85 – Máquinas, aparelhos e materiais elétricos, e suas partes; aparelhos de gravação ou de reprodução de som, aparelhos de gravação ou de reprodução de imagens e de som em televisão, e suas partes e acessórios” e “84 – Reatores nucleares, caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos, e suas partes”.

O mesmo aconteceu com as exportações destinadas a Chile, Colômbia e Peru. Durante o período, a pauta manteve-se praticamente a mesma e foi liderada por “87 – Veículos automóveis, tratores, ciclos e outros veículos terrestres, suas partes e acessórios” e, mais uma vez, “85 – Máquinas, aparelhos e materiais elétricos, e suas partes; aparelhos de gravação ou de reprodução de som, aparelhos de gravação ou de reprodução de imagens e de som em televisão, e suas partes e acessórios”, conforme Tabela 29.

**Tabela 29 – México: principais produtos exportados para a Aliança do Pacífico entre 2011 e 2016 (US\$ milhões)**

Chile, Colômbia e Peru					
2011		2012		2013	
Código	Valor	Código	Valor	Código	Valor

87	2.778,4	87	2.569,6	87	1.801,2
85	1.630,3	85	1.673,1	85	1.759,9
84	670,4	27	950,3	84	764
72	536,8	84	724,7	72	553
27	472,1	72	429,5	27	477,4
Demais	2.902,8	Demais	3.024	Demais	3.233,9
Total	8.991	Total	9.371,4	Total	8.589,6
<b>2014</b>		<b>2015</b>		<b>2016</b>	
<b>Código</b>	<b>Valor</b>	<b>Código</b>	<b>Valor</b>	<b>Código</b>	<b>Valor</b>
87	2.077,7	85	1.611,5	85	1.328,5
85	1.949,4	87	1.409	87	1.300
84	759,5	84	648	84	567,1
39	503,9	27	371,3	33	349,5
72	474,5	39	358,8	39	294,8
Demais	2.846,7	Demais	2.781,4	Demais	2.374,5
Total	8.612	Total	7.180,2	Total	6.214,7

Fonte: elaborado pelo autor com dados do UN COMTRADE.

Legenda:

27 – Combustíveis minerais, óleos minerais e produtos da sua destilação; matérias betuminosas; ceras minerais.

33 – Óleos essenciais e resinoides; produtos de perfumaria ou de toucador preparados e preparações cosméticas.

39 – Plásticos e suas obras.

72 – Ferro fundido, ferro e aço.

84 – Reatores nucleares, caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos, e suas partes.

85 – Máquinas, aparelhos e materiais elétricos, e suas partes; aparelhos de gravação ou de reprodução de som, aparelhos de gravação ou de reprodução de imagens e de som em televisão, e suas partes e acessórios.

87 – Veículos automóveis, tratores, ciclos e outros veículos terrestres, suas partes e acessórios.

## 5.4 PERU

### 5.4.1 Importações

De acordo com a tabela abaixo (Tabela 30), o montante de importações do Peru não sofreu significativas variações de 2011 a 2016. A participação das importações provenientes dos países da Aliança do Pacífico registrou aproximadamente 11% no

período analisado, maior percentual de participação do bloco entre os quatro países membros.

**Tabela 30 – Peru: importações mundiais e dos parceiros da Aliança do Pacífico de 2011 a 2016 (US\$ milhões)**

		2011	2012	2013	2014	2015	2016
<b>Mundo (%)</b>		37.891 (100)	42.162,9 (100)	43.321,7 (100)	42.193,5 (100)	38.104,6 (100)	36.185 (100)
<b>AP</b>	Chile (%)	1.342,9 (3,54)	1.243,9 (2,95)	1.327,3 (3,06)	1.278,9 (3,03)	1.210,3 (3,18)	1.152,2 (3,18)
	Colômbia (%)	1.467,7 (3,87)	1.563,2 (3,71)	1.467 (3,39)	1.243,5 (2,95)	1.295,5 (3,40)	1.178,4 (3,26)
	México (%)	1.387,9 (3,66)	1.674,4 (3,97)	1.817,2 (4,19)	1.924,8 (4,56)	1.725,5 (4,53)	1.676,9 (4,63)
	Total (%)	4.198,5 (11,08)	4.481,6 (10,63)	4.611,6 (10,65)	4.447,2 (10,54)	4.231,3 (11,10)	4.007,6 (11,08)

Fonte: elaborado pelo autor com dados do UN COMTRADE.

Dentre os quatro países do bloco, o Peru é o único que registrou um percentual de participação parecido para Chile, Colômbia e México, isto é, em torno de 3% a 4% em cada ano.

Na tabela seguinte (Tabela 31), estão os principais países dos quais as importações foram provenientes no período analisado:

**Tabela 31 – Peru: principais países de origem das importações entre 2011 e 2016 (US\$ milhões)**

2011		2012		2013	
País	Valor	País	Valor	País	Valor
EUA	7.429,7	EUA	7.931,9	EUA	8.804,5
China	6.364,7	China	7.814,5	China	8.413,5
Brasil	2.439,6	Brasil	2.579,1	Brasil	2.324,8
Equador	1.877,9	Equador	2.012,4	Equador	1.930,3
Argentina	1.839,6	Argentina	1.950,9	México	1.817,2
2014		2015		2016	
País	Valor	País	Valor	País	Valor
China	8.924,5	China	8.666,7	China	8.244,3

EUA	8.802,4	EUA	7.867,1	EUA	7.108,2
Brasil	1.994,4	Brasil	1.933,8	Brasil	2.128,2
México	1.924,8	México	1.725,5	México	1.676,9
Equador	1.773,8	Colômbia	1.295,5	Coreia do Sul	1.297,6

Fonte: elaborado pelo autor com dados do UN COMTRADE.

Nota-se que Estados Unidos e China disputaram o primeiro lugar como principal país de origem das importações. Brasil, Equador, Argentina e México se fizeram presentes também, representando o comércio regional da América Latina, conforme Tabela 32:

**Tabela 32 – Peru: principais produtos importados do mundo entre 2011 e 2016 (US\$ milhões)**

<b>Mundo</b>					
<b>2011</b>		<b>2012</b>		<b>2013</b>	
<b>Código</b>	<b>Valor</b>	<b>Código</b>	<b>Valor</b>	<b>Código</b>	<b>Valor</b>
27	5.951,3	84	6.477,8	27	6.688,7
84	5.796,4	27	6.086,8	84	6.389,4
87	3.737,7	87	4.915,4	87	4.894,6
85	3.539,7	85	4.036,3	85	4.073,8
39	1.962,7	39	2.025,1	39	2.177,9
Demais	16.902,9	Demais	18.621,3	Demais	19.097
Total	37.891	Total	42.162,9	Total	43.321,7
<b>2014</b>		<b>2015</b>		<b>2016</b>	
<b>Código</b>	<b>Valor</b>	<b>Código</b>	<b>Valor</b>	<b>Código</b>	<b>Valor</b>
84	6.318,7	84	5.473,7	84	5.095,7
27	5.983,8	85	4.448,4	27	4.070,2
87	4.590,1	27	3.933,9	85	4.044,2
85	3.983,4	87	3.651,8	87	3.761,2
39	2.219,7	39	1.981,9	39	1.789,7
Demais	19.097,7	Demais	18.614,6	Demais	17.423,7
Total	42.193,5	Total	38.104,6	Total	36.185

Fonte: elaborado pelo autor com dados do UN COMTRADE.

Legenda:

27 – Combustíveis minerais, óleos minerais e produtos da sua destilação; matérias betuminosas; ceras minerais.

39 – Plásticos e suas obras.

84 – Reatores nucleares, caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos, e suas partes.

85 – Máquinas, aparelhos e materiais elétricos, e suas partes; aparelhos de gravação ou de reprodução de som, aparelhos de gravação ou de reprodução de imagens e de som em televisão, e suas partes e acessórios.

87 – Veículos automóveis, tratores, ciclos e outros veículos terrestres, suas partes e acessórios.

No que tange à principal pauta importadora mundial do Peru entre 2011 e 2016, observa-se uma variação mínima de produtos ao longo dos anos. Os dois produtos mais importados se enquadram nas NCMs “27 – Combustíveis minerais, óleos minerais e produtos da sua destilação; matérias betuminosas; ceras minerais” e “84 – Reatores nucleares, caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos, e suas partes”.

Similarmente ocorre com a principal pauta importadora do país com relação à Aliança do Pacífico. Entretanto, neste caso, o produto mais importado em todos os anos foi da NCM “85 – Máquinas, aparelhos e materiais elétricos, e suas partes; aparelhos de gravação ou de reprodução de som, aparelhos de gravação ou de reprodução de imagens e de som em televisão, e suas partes e acessórios”. Notar Tabela 33, abaixo:

**Tabela 33 – Peru: principais produtos importados da Aliança do Pacífico entre 2011 e 2016 (US\$ milhões)**

<b>Chile, Colômbia e México</b>					
<b>2011</b>		<b>2012</b>		<b>2013</b>	
<b>Código</b>	<b>Valor</b>	<b>Código</b>	<b>Valor</b>	<b>Código</b>	<b>Valor</b>
85	505,9	85	481,2	85	540
27	484,5	87	476,5	87	452,2
84	319,8	27	397,6	84	424,6
39	308,2	84	357,5	39	342,4
87	298,3	39	320,2	27	334,7
Demais	2.281,5	Demais	2.448,3	Demais	2.517,4
Total	4.198,5	Total	4.481,6	Total	4.611,6
<b>2014</b>		<b>2015</b>		<b>2016</b>	
<b>Código</b>	<b>Valor</b>	<b>Código</b>	<b>Valor</b>	<b>Código</b>	<b>Valor</b>
85	566,2	85	532,4	85	521,4
84	467	84	412,1	84	395,7
87	396,6	87	363,4	87	351,7

39	311,2	39	304	39	265,3
33	253,7	33	250,5	33	246,2
Demais	2.452,2	Demais	2.368,7	Demais	2.227
Total	4.447,2	Total	4.231,3	Total	4.007,6

Fonte: elaborado pelo autor com dados do UN COMTRADE.

Legenda:

27 – Combustíveis minerais, óleos minerais e produtos da sua destilação; matérias betuminosas; ceras minerais.

33 – Óleos essenciais e resinoides; produtos de perfumaria ou de toucador preparados e preparações cosméticas.

39 – Plásticos e suas obras.

84 – Reatores nucleares, caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos, e suas partes.

85 – Máquinas, aparelhos e materiais elétricos, e suas partes; aparelhos de gravação ou de reprodução de som, aparelhos de gravação ou de reprodução de imagens e de som em televisão, e suas partes e acessórios.

87 – Veículos automóveis, tratores, ciclos e outros veículos terrestres, suas partes e acessórios.

#### 5.4.2 Exportações

Conforme mostra a Tabela 34, as exportações do Peru caíram quase 10 trilhões de dólares entre 2011 e 2016, totalizando 36.039,9 trilhões no último ano. A participação dos países membros da Aliança do Pacífico também vem diminuindo desde 2014, quando atingiu seu auge no período analisado, representando 9,1% do total exportado, contra 6,05% em 2016.

Tabela 34 – Peru: exportações mundiais e para os parceiros da Aliança do Pacífico de 2011 a 2016 (US\$ milhões)

		2011	2012	2013	2014	2015	2016
	<b>Mundo (%)</b>	46.386 (100)	46.366,5 (100)	42.568,8 (100)	38.459,2 (100)	33.244,8 (100)	36.039,9 (100)
<b>AP</b>	Chile (%)	1.948 (4,20)	2.029,6 (4,38)	1.685,4 (3,96)	1.537,2 (4)	1.069,1 (3,22)	1.007,5 (2,80)
	Colômbia (%)	1.045,3 (2,25)	921,3 (1,99)	854,7 (2,01)	1.227,6 (3,19)	870,6 (2,62)	710,4 (1,97)
	México (%)	452,6 (0,98)	416,6 (0,90)	511 (1,20)	735,9 (1,91)	544,5 (1,64)	464,1 (1,29)
	Total (%)	3.446,1 (7,43)	3.367,7 (7,26)	3.051,1 (7,17)	3.500,7 (9,10)	2.484,4 (7,47)	2.182,1 (6,05)

Fonte: elaborado pelo autor com dados do UN COMTRADE.



Da mesma forma como ocorre nas importações, Estados Unidos e China disputam a posição de principal destino das importações do Peru desde 2011. Canadá, Japão, Suíça, Brasil e Coreia do Sul também estiveram entre os cinco principais no período em questão (Tabela 35).

**Tabela 35 – Peru: principais países de destino das exportações entre 2011 e 2016 (US\$ milhões)**

2011		2012		2013	
País	Valor	País	Valor	País	Valor
China	6.972,6	China	7.843,9	Estados Unidos	7.819,2
Estados Unidos	6.272	Estados Unidos	6.671,9	China	7.354
Suíça	5.937,6	Suíça	5.074,4	Suíça	3.024,8
Canadá	4.232,4	Canadá	3.448,3	Canadá	2.741,6
Japão	2.174,6	Japão	2.571,4	Japão	2.226,1
2014		2015		2016	
País	Valor	País	Valor	País	Valor
China	7.024,6	China	7.332,9	China	8.483,9
Estados Unidos	6.234,1	Estados Unidos	5.018,3	Estados Unidos	6.235,4
Suíça	2.642,2	Japão	2.694,4	Suíça	2.551,4
Canadá	2.551,5	Coreia do Sul	2.305,9	Canadá	1.683,7
Brasil	1.593,4	Brasil	1.118,5	Coreia do Sul	1.387,8

Fonte: elaborado pelo autor com dados do UN COMTRADE.

Quanto aos principais produtos exportados, percebe-se na Tabela 36 que as variações foram mínimas de 2011 e 2016. Ainda, “26 – Minérios, escórias e cinzas” foi responsável pelo maior montante exportado ao longo destes anos, sendo seguido por “71 – Pérolas naturais ou cultivadas, pedras preciosas ou semipreciosas e semelhantes, metais preciosos, metais folheados ou chapeados de metais preciosos (plaquê), e suas obras; bijuterias; moedas”, produtos notadamente primários e não manufaturados.

**Tabela 36 – Peru: principais produtos exportados para o mundo entre 2011 e 2016 (US\$ milhões)**

<b>Mundo</b>					
<b>2011</b>		<b>2012</b>		<b>2013</b>	
<b>Código</b>	<b>Valor</b>	<b>Código</b>	<b>Valor</b>	<b>Código</b>	<b>Valor</b>
26	13.165,1	26	13.375,1	26	11.516,6
71	10.460,3	71	10.285,3	71	8.981,4
27	4.886,4	27	5.364,6	27	5.520,3
74	3.402,8	74	2.780,8	74	2.696,7
23	1.915,9	23	1.940,3	23	1.520,9
Demais	12.555,2	Demais	12.620,2	Demais	12.332,7
Total	46.386	Total	46.366,5	Total	42.568,8
<b>2014</b>		<b>2015</b>		<b>2016</b>	
<b>Código</b>	<b>Valor</b>	<b>Código</b>	<b>Valor</b>	<b>Código</b>	<b>Valor</b>
26	10.558,4	26	9.916,7	26	12.239,3
71	6.078,8	71	6.000,3	71	6.809,2
27	4.753	27	2.411,6	27	2.321,4
74	2.417	74	1.926,2	08	2.016,8
08	1.536,3	08	1.792,6	74	1.721,3
Demais	13.115,3	Demais	11.197,2	Demais	10.931,6
Total	38.459,2	Total	33.244,8	Total	36.039,9

Fonte: elaborado pelo autor com dados do UN COMTRADE.

Legenda:

08 – Fruta; cascas de citros (citrinos\*) e de melões.

23 – Resíduos e desperdícios das indústrias alimentares; alimentos preparados para animais.

26 – Minérios, escórias e cinzas.

27 – Combustíveis minerais, óleos minerais e produtos da sua destilação; matérias betuminosas; ceras minerais.

71 – Pérolas naturais ou cultivadas, pedras preciosas ou semipreciosas e semelhantes, metais preciosos, metais folheados ou chapeados de metais preciosos (plaquê), e suas obras; bijuterias; moedas.

74 – Cobre e suas obras.

Com relação aos principais produtos exportados para a Aliança do Pacífico, também se observou uma pequena variação na pauta, estando os produtos referentes à NCM “26” também no topo desta no período analisado, conforme mostra Tabela 37:

**Tabela 37 – Peru: principais produtos exportados para a Aliança do Pacífico entre 2011 e 2016 (US\$ milhões)**

<b>Chile, Colômbia e México</b>					
<b>2011</b>		<b>2012</b>		<b>2013</b>	
<b>Código</b>	<b>Valor</b>	<b>Código</b>	<b>Valor</b>	<b>Código</b>	<b>Valor</b>
26	903,9	26	687,4	26	560,7
27	593,5	27	678,8	27	521,4
74	208,3	74	174,3	39	178,8
39	145,3	28	168,2	74	133,4
28	131,5	39	167,3	28	130,7
Demais	1.463,3	Demais	1.491,4	Demais	1.525,8
<b>Total</b>	<b>3.446,1</b>	<b>Total</b>	<b>3.367,7</b>	<b>Total</b>	<b>3.051,1</b>
<b>2014</b>		<b>2015</b>		<b>2016</b>	
<b>Código</b>	<b>Valor</b>	<b>Código</b>	<b>Valor</b>	<b>Código</b>	<b>Valor</b>
27	994,3	27	444,3	26	335,4
26	514,3	26	303,8	27	226,6
74	184,9	74	164,2	39	137,9
39	180,1	39	161,5	74	126,1
23	128,9	28	111,8	28	82
Demais	1.498	Demais	1.298,5	Demais	1.273,8
<b>Total</b>	<b>3.500,7</b>	<b>Total</b>	<b>2.484,4</b>	<b>Total</b>	<b>2.182,1</b>

Fonte: elaborado pelo autor com dados do UN COMTRADE.

23 – Resíduos e desperdícios das indústrias alimentares; alimentos preparados para animais.

26 – Minérios, escórias e cinzas.

27 – Combustíveis minerais, óleos minerais e produtos da sua destilação; matérias betuminosas; ceras minerais.

28 – Produtos químicos inorgânicos; compostos inorgânicos ou orgânicos de metais preciosos, de elementos radioativos, de metais das terras raras ou de isótopos.

39 – Plásticos e suas obras.

74 – Cobre e suas obras.

## **5.5 ANÁLISE GERAL DAS RELAÇÕES COMERCIAIS DOS PAÍSES DA ALIANÇA DO PACÍFICO**

A partir da análise dos dados das Tabelas 38 e 39, tem-se uma visão macro do real comércio entre os membros da Aliança do Pacífico:

Tabela 38 – Aliança do Pacífico: total de importações (US\$ milhões)

Importações					
2011		2012		2013	
Fluxo	Valor	Fluxo	Valor	Fluxo	Valor
Chile - AP	6.790,1	Chile - AP	6.864,5	Chile - AP	6.016,5
Colômbia - AP	7.985,1	Colômbia - AP	8.228,5	Colômbia - AP	7.269,9
México - AP	3.508,2	México - AP	2.819,6	México - AP	2.935,5
Peru - AP	4.198,5	Peru - AP	4.481,6	Peru - AP	4.611,6
Total intrabloco	22.481,9	Total intrabloco	22.394,2	Total intrabloco	20.833,5
2014		2015		2016	
Fluxo	Valor	Fluxo	Valor	Fluxo	Valor
Chile - AP	5.119,2	Chile - AP	4.127,1	Chile - AP	3.785,2
Colômbia - AP	7.406,6	Colômbia - AP	5.498,8	Colômbia - AP	4.814
México - AP	3.438,3	México - AP	3.084,2	México - AP	2.989,6
Peru - AP	4.447,2	Peru - AP	4.231,3	Peru - AP	4.007,6
Total intrabloco	20.411,3	Total intrabloco	16.941,40	Total intrabloco	15.596,40

Fonte: elaborado pelo autor com dados do UN COMTRADE.

Tabela 39 – Aliança do Pacífico: total de exportações (US\$ milhões)

Exportações					
2011		2012		2013	
Fluxo	Valor	Fluxo	Valor	Fluxo	Valor
Chile - AP	4.711	Chile - AP	4.068,4	Chile - AP	4.089,3
Colômbia - AP	4.306,8	Colômbia - AP	4.606,4	Colômbia - AP	3.709,3
México - AP	8.991	México - AP	9.371,4	México - AP	8.589,6
Peru - AP	3.446,1	Peru - AP	3.367,7	Peru - AP	3.051,1
Total intrabloco	21.454,9	Total intrabloco	21.413,9	Total intrabloco	19.439,3
2014		2015		2016	
Fluxo	Valor	Fluxo	Valor	Fluxo	Valor
Chile - AP	4.067,1	Chile - AP	3.766,4	Chile - AP	3.459,3
Colômbia - AP	3.089,9	Colômbia - AP	2.799	Colômbia - AP	2.657,7
México - AP	8.612	México - AP	7.180,2	México - AP	6.214,7
Peru - AP	3.500,7	Peru - AP	2.484,4	Peru - AP	2.182,1
Total intrabloco	19.269,7	Total intrabloco	16.230	Total intrabloco	14.513,8

Fonte: elaborado pelo autor com dados do UN COMTRADE.

Em suma, os países membros da Aliança do Pacífico comercializam muito pouco entre si. De fato, o comércio intrabloco representa em média 5,5% do total de exportações de todos os membros (dados de 2016), cinco anos depois da assinatura do Tratado Marco que deu origem ao bloco. Entretanto, o fato de a entrada efetiva em vigor ter ocorrido só recentemente, em julho de 2015, pode estar contribuindo para os modestos resultados que se observou até então.

De acordo com Lima e Cracau (2016), o pequeno fluxo de comércio entre os membros não pode ser atribuído à presença de altas barreiras comerciais, já que pelo menos 90% do comércio intrabloco foi liberalizado. Dessa forma, uma melhor explicação seria que os membros da Aliança do Pacífico não são parceiros comerciais naturais, isto é, suas pautas importadoras e exportadoras são bastante similares, como se pôde notar nas sessões anteriores. O tipo de “cesta exportadora” que os quatro países possuem – mas principalmente Chile, Colômbia e Peru – representaria limitação às opções que representam expansão do comércio entre eles.

Ademais, a Aliança do Pacífico está em desvantagem pela localização de seus países, isto é, não é uma área econômica contígua. O maior país, e com o comércio mais diversificado, o México, está geograficamente afastado dos outros três parceiros sul-americanos (LIMA; CRACAU, 2016). Ainda mais, o México tem seu comércio internacional fortemente orientado para os Estados Unidos e o Canadá, em razão do NAFTA, e, por isto, direciona apenas uma pequena parcela de suas exportações, e canaliza somente uma fração reduzida de suas importações, para/desde a Aliança do Pacífico.

Além de serem o principal parceiro comercial do México, tanto no que tange a exportações quanto a importações, os Estados Unidos prevalecem amplamente sobre as demais origens e os outros destinos em diversos casos, devido a seu gigantesco mercado comprador e vendedor, considerado o maior do mundo, juntamente com a China.

Merece destaque que, mesmo que reconhecida como uma das propostas do bloco, pouco se vê da região Ásia-Pacífico nas relações comerciais de seus países membros. Claramente, a China esteve presente como um dos maiores parceiros na maioria dos casos analisados, mas evidentemente o tamanho de seu mercado e fluxos comerciais também contribuíram para isso.

Os resultados pouco estimulantes devem ser colocados em perspectiva: o funcionamento do bloco Aliança do Pacífico é deveras recente e, portanto, resultados expressivos certamente haverão de demorar para aparecer.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa se propôs a caracterizar o processo relativo à constituição da Aliança do Pacífico, assim como analisar os reflexos do funcionamento dessa iniciativa de integração nas interações comerciais, políticas e institucionais dos respectivos países, em escala de subcontinente latino-americano, desde o ano de assinatura do Acordo Marco até os dias atuais. Ainda, para melhor contextualização, caracterizou-se socioeconômica e politicamente os países membros do bloco, nas últimas décadas.

Ademais, dentre os demais objetivos propostos inicialmente, logrou-se sistematizar a literatura relevante sobre a problemática dos acordos comerciais e caracterizar as principais iniciativas de integração regional protagonizadas na América Latina, a partir de uma análise histórica.

A notada proeminência e importância da região Ásia-Pacífico motivou e justificou o estudo. No entanto, ao decorrer desse, a partir principalmente das análises das relações comerciais, observou-se certa imaturidade da iniciativa, o que evidenciou uma lenta evolução da integração econômica com a região supracitada. De fato, as relações intrabloco ainda carecem de serem ampliadas, para que, então, seja possível alcançar o objetivo de “converter-se em uma plataforma de articulação política, de integração econômica e comercial, e de proteção ao mundo, com especial ênfase à Ásia Pacífico”.

Embora seja um empreendimento jovem, espera-se que no decorrer dos próximos anos a presença da Aliança do Pacífico em cada país membro aumente, como nota-se ser natural ocorrer com iniciativas de integração comercial. Para que isto aconteça, é necessária diligência dos países, dedicando esforços e investimentos para concretização dos objetivos almejados. Este possível futuro avanço poderá ser identificado a partir de um aumento das relações comerciais intrabloco e com a região Ásia-Pacífico, além de uma maior convergência de políticas dos países membros.

Mesmo que até então escassos, os vínculos comerciais entre o bloco e os países da Ásia-Pacífico aparentam ser bastante prósperos. Apesar de este estudo não ter abordado a fundo e especificamente tais vínculos, concorda-se que seria essa uma perspectiva interessante para futuras análises.

## REFERÊNCIAS

- ALIANZA DEL PACÍFICO. **Abecé Alianza del Pacífico**. Disponível em: <<https://alianzapacifico.net/?wpdmdl=4441>>. Acesso em: 21 abr. 2017.
- ALIANZA DEL PACÍFICO. **Acuerdo Marco de la Alianza del Pacífico**. Paranál: Alianza del Pacífico, 2012.
- ALIANZA DEL PACÍFICO. **Declaración Conjunta Presidentes de la Alianza del Pacífico**. Cádiz: Alianza del Pacífico, 2012.
- ALIANZA DEL PACÍFICO. **Declaración de Cali**. Cali: Alianza del Pacífico, 2013.
- ALIANZA DEL PACÍFICO. **Declaración de Cartagena de Indias**. Cartagena de Indias: Alianza del Pacífico, 2014.
- ALIANZA DEL PACÍFICO. **Declaración de los Presidentes de la Alianza del Pacífico em matéria de cambio climático em la COP 20/CMP 10**. Lima: Alianza del Pacífico, 2014.
- ALIANZA DEL PACÍFICO. **Declaración de Mérida de la II Cumbre de la Alianza del Pacífico**. Mérida: Alianza del Pacífico, 2011.
- ALIANZA DEL PACÍFICO. **Declaración de Paracas**. Paracas: Alianza del Pacífico, 2015.
- ALIANZA DEL PACÍFICO. **Declaración de Puerto Varas**. Puerto Varas: Alianza del Pacífico, 2016.
- ALIANZA DEL PACÍFICO. **Declaración de Punta Mita**. Punta Mita: Alianza del Pacífico, 2014.
- ALIANZA DEL PACÍFICO. **Declaración de Santiago**. Santiago: Alianza del Pacífico, 2013.
- ALIANZA DEL PACÍFICO. **Declaración Presidencial sobre la Alianza del Pacífico**. Lima: Alianza del Pacífico, 2011.
- ALIANZA DEL PACÍFICO. **IV Cumbre Alianza del Pacífico: Declaración**. Paranál: Alianza del Pacífico, 2012.
- ALMEIDA, Paulo Roberto de; CHALOULT, Yves. Avanços da regionalização nas Américas: cronologia analítica. **Revista Brasileira de Política Internacional**, [s.l.], v. 42, n. 2, p.145-160, dez. 1999. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0034-73291999000200008>.
- ARANDA, Isabel Rodríguez. Nuevas Configuraciones Económicas en el Asia-Pacífico y sus Consecuencias para América Latina: Desde el APEC a la Alianza del



Pacífico. **Dados: Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 57, n. 2, p.553-580, 2014.

ARAÚJO, Lucinéia dos Santos. **Integração Econômica da América Latina**. 2002. 67 f. TCC (Graduação) - Curso de Ciências Econômicas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2002.

ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE INTEGRAÇÃO. **Quem somos?** Disponível em: <<http://www.aladi.org/sitioAladi/quienesSomosP.html>>. Acesso em: 17 abr. 2017.

BALASSA, Bela. **Teoria da integração econômica**. Lisboa: Livraria Clássica, 1964.

BANCO MUNDIAL. **World Bank Open Data**. Disponível em: <<http://data.worldbank.org/>>. Acesso em: 09 maio 2017.

CARICOM. **Quienes somos**. Disponível em: <<http://caricom.org/about-caricom/who-we-are>>. Acesso em: 18 abr. 2017.

CARNEIRO, Flavio Lyrio. **PARCERIA TRANS-PACÍFICO: UM ACORDO MEGARREGIONAL NA FRONTEIRA DA REGULAÇÃO DO COMÉRCIO INTERNACIONAL?**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2015.

CELAC. **¿QUÉ ES LA CELAC?** Disponível em: <<http://www.sela.org/celac/quienes-somos/que-es-la-celac/>>. Acesso em: 19 abr. 2017.

COMUNIDAD ANDINA. **Somos Comunidad Andina**. Disponível em: <<http://www.comunidadandina.org/Seccion.aspx?id=189&tipo=QU&title=somos-comunidad-andina>>. Acesso em: 17 abr. 2017.

FOXLEY, Alejandro; MELLER, Patricio. **Alianza del Pacífico: En el proceso de integración latinoamericana**. Santiago: Cieplan e Uqbar Editores, 2014. 142 p.

FREIRE E ALMEIDA, D. **Etapas de Integração Regional nos Blocos Econômicos**. New York: Lawinter, Abril, 2011. Disponível em: <[www.lawinter.com/irelations1.pdf](http://www.lawinter.com/irelations1.pdf) >.

HAFFNER, Jacqueline A. Hernández. A CEPAL e a integração regional latino-americana. **Análise Econômica**, Porto Alegre, v. 20, n. 37, p.106-127, mar. 2002. Semestral.

IBÁÑEZ, Josep. El nuevo regionalismo latinoamericano en los años noventa. **REEI: Revista Electrónica de Estudios Internacionales**, Barcelona, v. 1, n. 1, p.1-11, dez. 2000.

LIMA, José Durán; CRACAU, Daniel. **The Pacific Alliance and its economic impact on regional trade and investment: Evaluation and perspectives**. Santiago: United Nations, 2016. 56 p.

LINS, Hoyêdo Nunes. Parceria Trans-Pacífico: Novas Geometrias no Capitalismo Global. **Contexto Internacional** [online], vol.36, n.2, pp.623-653, 2014. ISSN 0102-8529.

LUQUINI, Roberto de Almeida; SANTOS, Nara Abreu. Multilateralismo e regionalismo no âmbito da liberalização do comércio mundial. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, v. 46, n. 181, p.91-99, mar. 2009.

MARIANO, Karina Pasquariello. GLOBALIZAÇÃO, INTEGRAÇÃO E O ESTADO. **Lua Nova**, São Paulo, 71: 123-168, 2007.

MARIANO, Karina Pasquariello. O NEOLIBERAL INSTITUCIONALISMO: um modelo teórico para a integração regional. **Cadernos Cedec**. São Paulo, 1995. p. 1-30.

MENEZES, Alfredo da Mota. **Do sonho à realidade: A integração Econômica Latino-Americana**. São Paulo: Alfa-omega, 1990.

MOREIRA, Uallace. Teorias do comércio internacional: um debate sobre a relação entre crescimento econômico e inserção externa. **Revista de Economia Política**, Campinas, v. 32, n. 2, p.213-228, jun. 2012.

OLIVEIRA, Aline Ribeiro de; AZEVEDO, André Filipe Zago de. **A CRIAÇÃO DA ALIANÇA DO PACÍFICO E OS IMPACTOS PARA O MERCOSUL**. São Leopoldo: Unisinos, ?.

OLIVEIRA, Odete Maria de; RI JÚNIOR, Arno dal. **Relações Internacionais: Interdependência e Sociedade Global**. Ijuí: Unijuí, 2003. 728 p.

PADULA, Raphael. A Geopolítica da Bacia do Pacífico e a integração regional na América do Sul. **RevIU**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p.30-47, 2013.

PÁGINA BRASILEIRA DO MERCOSUL. **Saiba mais sobre o Mercosul**. Disponível em: <<http://www.mercosul.gov.br/saiba-mais-sobre-o-mercosul>>. Acesso em: 17 abr. 2017.

PANAJOTTI, Rafaella Freitas. **AMÉRICA LATINA, BLOCO ALIANÇA DO PACÍFICO E BRASIL**. 2014. 29 f. TCC (Graduação) - Curso de Economia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

PEREIRA, Poliana de Carvalho. **Acordos regionais de comércio: uma análise dos ganhos não-tradicionais**. 2008. 108 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-graduação em Economia, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2008.

PRAZERES, Tatiana Lacerda. **Sistema multilateral de comércio e processos de integração regional: complementaridade e antagonismo**. 2007. 342 f. Tese (Doutorado) - Curso de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **METODOLOGIA DO TRABALHO CIENTÍFICO: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

ROMERO, Ana María Suárez. A Aliança do Pacífico: soberania nacional e estratégia de integração na América Latina?. In: **I JORNADA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS DO NEIBA, 1.**, 2014, Campinas. 2014. v. 3, p. 89 - 98.

STELZER, Joana. **Introdução às relações do comércio internacional**. 2. ed. Itajaí: Univali, 2007. 189 p.

TEIXEIRA, Rodrigo Alves; NETO, Walter Antonio Desiderá. **A RECUPERAÇÃO DO DESENVOLVIMENTISMO NO REGIONALISMO LATINO-AMERICANO**. Rio de Janeiro: Ipea, 2012.

UNASUR. **¿Quiénes somos?** Disponível em: <<http://www.unasursg.org/es/quienes-somos>>. Acesso em: 18 abr. 2017.

UNCOMTRADE. **UN Comtrade Database**. Disponível em: <<https://comtrade.un.org/>>. Acesso em: 03 jun. 2017.

WTO. **Regional trade agreements**. Disponível em: <[https://www.wto.org/english/tratop\\_e/region\\_e/region\\_e.htm](https://www.wto.org/english/tratop_e/region_e/region_e.htm)>. Acesso em: 15 mar. 2017.